



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

SOPHIA CUNHA AFONSO - 17/0045528

**NECESSIDADES PRÁTICAS DAS MULHERES E INTERESSES ESTRATÉGICOS
DE GÊNERO: UMA ANÁLISE FEMINISTA DAS PROPOSTAS DOS
ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA AMÉRICA LATINA (1995-2015)**

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
exigência parcial para obtenção de título de Bacharel
em Serviço Social pela Universidade de Brasília –
UnB, com orientação da Professora Doutora. Silvia
Cristina Yannoulas.*

Brasília-DF
Junho/2019

Sophia Cunha Afonso

**NECESSIDADES PRÁTICAS DAS MULHERES E INTERESSES ESTRATÉGICOS
DE GÊNERO: UMA ANÁLISE FEMINISTA DAS PROPOSTAS DOS
ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA AMÉRICA LATINA (1995-2015)**

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social foi defendido em 25/06/2019 perante a banca examinadora:

Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas – Orientadora
Departamento de Serviço Social – SER
Universidade de Brasília – UnB

Ismália Afonso da Silva
Mestra em Gênero, Sociedade e Políticas - FLACSO
PNUD/Brasil

Profa. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias
Departamento de Serviço Social – SER
Universidade de Brasília – UnB

Resumo:

O presente trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social buscou analisar as políticas para as mulheres latino-americanas propostas em quatro documentos de organismos internacionais: Plataforma de Ação Mundial – PAM (ONU), aprovada em 1995; dois informes da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe: o Consenso de Santiago (1997) e o Consenso de Santo Domingo (2013); e o Documento Regional da Sociedade Civil Beijing+20, de 2015. Os documentos foram analisados retomando as categorias feministas inspiradas em Molyneux (1985): Necessidades Práticas das Mulheres (NPM) e Interesses Estratégicos de Gênero (IEG). Nossa intenção foi a de compreender se o foco das políticas tende para necessidades cotidianas que vivenciam na prática as mulheres ao desempenhar as funções culturalmente designadas a elas, ou se elas contribuem para a emancipação feminina alterando as hierarquias de gênero existentes universalmente. A estratégia metodológica para a realização da pesquisa foi composta por três técnicas: pesquisa bibliográfica, análise documental e análise de conteúdo. Visando verificar a existência de dependência entre as variáveis estudadas e os documentos internacionais, foi aplicado o teste de hipóteses qui-quadrado (χ^2). No decorrer da pesquisa foi verificada a necessidade de incorporar uma terceira categoria de caráter intermediário, visando captar a fluidez entre os polos apontados, a qual atribuiu-se a denominação de “Em Transição” (ET). Além dessa nova categoria, foram selecionadas quatro dimensões visando avaliar o conteúdo das ações: Divisão Sexual do Trabalho; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Políticas Públicas de Gênero; Representação das Mulheres no Âmbito Público. Ao se avaliar as categorias NPM, IEG e ET em termos cronológicos nos documentos analisados, verificou-se que há uma tendência a formular objetivos e metas que levariam à emancipação das mulheres. Em termos territoriais, é possível afirmar que os documentos da CEPAL possuem tendências emancipatórias, visando atingir os interesses estratégicos de gênero e não apenas as necessidades práticas das latinoamericanas.

Palavras-chave: Políticas para as Mulheres; Necessidades Práticas das Mulheres; Interesses Estratégicos de Gênero; Organismos Internacionais; América Latina.

Abstract:

The present Undergraduate Thesis in Social Work sought to analyze the policies for Latin American women proposed in four documents of international organizations: World Platform for Action (WFP), adopted in 1995; two ECLAC reports - Economic Commission for Latin America and the Caribbean: the Santiago Consensus (1997) and the Santo Domingo Consensus (2013); and the Beijing + 20 Regional Civil Society Document of 2015. The documents were analyzed by taking up the feminist categories inspired by Molyneux (1985): Practical Needs of Women (NPM) and Strategic Gender Interests (IEG). Our intention was to understand whether the focus of policies tends to the day-to-day needs experienced by women in performing the culturally assigned roles, or whether they contribute to women's emancipation by changing the universally existing gender hierarchies. The methodological strategy for conducting the research was composed of three techniques: bibliographic research, documentary analysis and content analysis. In order to verify the existence of dependence between the studied variables and international documents, the chi-square hypothesis test (χ^2) was applied. In the course of the research, it was perceived the need to incorporate a third category of intermediate disposition, in order to capture the fluidity between the pointed poles, which was attributed the denomination of "In Transition" (ET). In addition to this new category, four dimensions were selected to evaluate the content of the actions: Sexual Labor Division; Sexual and Reproductive Rights; Public Policies of Gender; Representation of Women in the Public Sphere. When evaluating the categories NPM, IEG and ET in chronological terms in the analyzed documents, there is a tendency to formulate goals and targets that would lead to the emancipation of women. In territorial terms, it is possible to affirm that the documents of ECLAC have emancipatory tendencies, aiming to reach the strategic interests of gender and not only the practical needs of Latin American women.

Keywords: Policies for Women; Practical Needs of Women; Strategic Gender Interests; International Organizations; Latin America.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Beijing+20 Relatório regional sobre o exame e avaliação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e do documento final do vigésimo terceiro período extraordinário de sessões da Assembleia Geral em países da América Latina e do Caribe

BM	Banco Mundial
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CRMALC	Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
ET	Em Transição
FMI	Fundo Monetário Internacional
IEG	Interesses Estratégicos de Gênero
IPOL	Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília
IREL	Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília
MED	Mulher no Desenvolvimento
Neppos	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Política Social
NPM	Necessidades Práticas das Mulheres
OIs	Organismos Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAM	Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNPM	Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres
SER	Departamento de Serviço Social
TEDis	Grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UnB	Universidade de Brasília

Índice de figuras

Figura 1 - Classificação das propostas dos documentos internacionais em NPM, IEG e ET.	46
Figura 2 - Comparação dos documentos internacionais em relação à Divisão Sexual do Trabalho, classificada em NPM, ET e IEG.....	47
Figura 3 - Comparação dos documentos internacionais em relação aos Direitos Sexuais e Reprodutivos, classificada em NPM, ET e IEG.....	48
Figura 4 - Classificação das ações nas categorias de conteúdo em todos os documentos internacionais.....	49
Figura 5 - Comparação dos documentos internacionais em relação às Políticas Públicas de Gênero, classificada em NPM, ET e IEG.....	50
Figura 6 - Comparação dos documentos internacionais em relação à Representação das Mulheres no Âmbito Público, classificada em NPM, ET e IEG.....	50

Índice de tabelas

Tabela 1 - Ações da PAM classificadas em NPM, IEG ou ET, dentro de cada dimensão de análise de conteúdo. Pequim, 1995.....	40
Tabela 2 - Ações do Relatório Beijing+20 classificadas em NPM, IEG ou ET, dentro de cada dimensão de análise de conteúdo. América Latina, 2014.....	41
Tabela 3 - Ações do Consenso de Santiago, classificadas em NPM, IEG ou ET, dentro de cada dimensão de análise de conteúdo. Santiago del Chile, 1997.....	43
Tabela 4 - Recomendações do Consenso de Santo Domingo, classificadas em NPM, IEG ou ET, dentro de cada dimensão de análise de conteúdo. Santo Domingo, 2013.....	44
Tabela 5- Valores encontrados das variáveis NPM, ET, IEG em cada documento internacional analisado.....	53
Tabela 6- Valores esperados das variáveis NPM, ET e IEG em cada documento internacional analisado.....	54
Tabela 7- Tabela de valores críticos do X^2 com base no grau de liberdade. Pensylvania, 1956.....	69

Índice de Quadros

Quadro 1 - Dimensões de Análise de Conteúdo, sistematizadas com base nos estudos de gênero e aplicadas às ações dos documentos internacionais analisados.....	67
---	----

Índice

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	5
INTRODUÇÃO.....	10
JUSTIFICATIVA.....	12
1. METODOLOGIA.....	15
1.1 Método – Materialismo dialético.....	15
1.2 Estudos de Gênero.....	15
1.3 Estudos comparados.....	16
1.4 Estratégia metodológica.....	17
1.5 Teste de Qui-quadrado.....	19
1.6 Cuidados Éticos.....	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 Políticas para as mulheres.....	21
2.2 Necessidades Práticas das Mulheres e Interesses Estratégicos de Gênero.....	22
2.3 Dimensões da Análise de Conteúdo.....	25
2.3.1 Divisão Sexual do Trabalho.....	25
2.3.2 Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres.....	27
2.3.3 Políticas Públicas de Gênero.....	29
2.3.4 Representação das Mulheres no Âmbito Público.....	30
2.4 Organismos Internacionais e América Latina.....	31
2.5 Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas.....	33
2.6 Empoderamento.....	35
3. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA ONU.....	37
3.1 PAM – 1995.....	39
3.2 PAM Beijing+20.....	41
4. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA CEPAL.....	42
4.1 Consenso de Santiago.....	42
4.2 Consenso de Santo Domingo.....	43
5. COMPARAÇÃO DOS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS: o Universal e o Particular da América Latina.....	46
5.1 Necessidades Práticas das Mulheres e Interesses Estratégicos de Gênero.....	46
5.2 Divisão Sexual do Trabalho.....	47
5.3 Direitos Sexuais e Reprodutivos.....	47

5.4 Políticas Públicas de Gênero.....	49
5.5 Representação das Mulheres no Âmbito Público.....	50
5.6 Resultados da comparação dos documentos internacionais.....	51
5.7. Aplicação do Teste Qui-Quadrado.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59
ANEXOS.....	67
Anexo 1. Quadro das Dimensões de análise de conteúdo.....	67
Anexo 2. Tabela de Valores Críticos do Teste de Qui-Quadrado.....	68

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – de Graduação em Serviço Social possui como tema a análise das políticas para mulheres no âmbito da América Latina, utilizando as categorias Necessidades Práticas das Mulheres (NPM) e Interesses Estratégicos de Gênero (IEG). Ele foi desenvolvido no contexto do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação – TEDis, mais especificamente no Projeto de Pesquisa “Políticas em Movimento e Saberes Situados – Desafios Práticos e interesses estratégicos das mulheres no Capitalismo (1995-2015)” na modalidade iniciação científica - PIBIC (edições de 2017 e 2018). Foram analisados quatro documentos internacionais, visando verificar a genealogia das políticas para mulheres, assim como sua variação em relação à América Latina.

Dessa forma, o objeto de pesquisa são as políticas para as mulheres propostas nos documentos internacionais, sendo as fontes primárias analisadas. O primeiro documento analisado foi a Plataforma de Ação Mundial – PAM, aprovada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing no ano de 1995. Foram estudados seus rebatimentos em dois informes das Conferências sobre a Mulher na América Latina e Caribe da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe: o Consenso de Santiago, elaborado na reunião de 1997, e o Consenso de Santo Domingo, elaborado em 2013. Por fim, analisou-se o Documento Regional da Sociedade Civil Beijing+20, do ano de 2015. Ficando assim estabelecido o marco temporal da pesquisa dentre os anos de 1995 e 2015.

A Declaração e Plataforma de Ação Mundial – PAM foi adotada em consenso por 189 estados-membros da Organização das Nações Unidas – ONU. Delimita-se, porém, o recorte espacial no âmbito da América Latina, pois os demais documentos analisados foram desenvolvidos no âmbito da CEPAL (Consenso de Santiago e Santo Domingo) e da ONU Mulheres do escritório regional para América Latina e Caribe. Dessa forma, a pesquisa se foca na análise das políticas para as mulheres na América Latina.

A partir dos documentos internacionais, tem-se como problema a pretensão de verificar se as categorias NPM e IEG são historicamente mutáveis ou permanecem estáveis. Além disso, visou verificar quais fatores influenciaram na mutabilidade ou na constância dessas classificações, tanto no âmbito da PAM, quanto dos documentos latino-americanos.

Visando solucionar o problema acima, foram elaboradas as seguintes perguntas: As estratégias e ações estabelecidas nos documentos internacionais, que se propõem a atender às mulheres latino-americanas, visam a satisfazer as NPM ou visam à emancipação destas ao propor IEG? Houve alguma mudança ou transformação ao longo do período, desde a primeira formulação até a última? Qual é o sentido dessa mudança? Há diferenças significativas entre as propostas da ONU para o conjunto das mulheres, e as propostas da CEPAL para as latino-americanas? Que tipo de diferenças ou particularidades?

Para compreender a genealogia do uso das categorias na formulação da PAM e dos documentos correlatos da América Latina, a hipótese proposta foi de que há variação da utilização das categorias no período avaliado (1995-2015). Esperava-se que houvesse uma maior afirmação da categoria IEG, visando à emancipação das mulheres nos documentos mais recentes, em comparação com os documentos mais antigos.

Em relação às diferenças entre as propostas da ONU e as latino-americanas, esperava-se que as particularidades da realidade regional fossem percebidas. Tendo em vista que os países latino-americanos possuem uma formação sócio-histórica distinta dos países europeus, imaginava-se que as especificidades dessa região influenciariam na formulação de políticas para as mulheres.

A pesquisa teve como Objetivo Geral: Contribuir para a compreensão da percepção que os organismos internacionais e, de certa forma, os países, têm dos interesses e necessidades das mulheres.

Os objetivos específicos foram:

I. Analisar a PAM e seus rebatimentos na CEPAL e em Beijing+20;

II. Identificar qual categoria (IEG, NPM) é mais relevante dentro das estratégias e ações propostas por organismos internacionais para as mulheres, considerando os recortes temporal (1995-2015) e as particularidades da América Latina;

III. Contribuir para o fortalecimento dos estudos de gênero no Serviço Social, em especial, na formulação de políticas sociais.

JUSTIFICATIVA

Concluí o bacharelado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília (UnB) em 2014. Já nessa graduação, interessei-me pela área de Direitos Humanos, em especial, pelos Direitos das Mulheres. O interesse surgiu ao realizar a disciplina de “Teoria das Relações Internacionais 2” que abordou, em uma de suas unidades, sua relação com a teoria feminista. Durante esses estudos de graduação, cursei também a disciplina “Representação política, eleições e gênero”, ofertada pelo Instituto de Ciência Política – IPOL. Além disso, realizei o curso “Mujeres Coraje”, ofertado pela Universitat Jaume I, na Espanha, na qual realizei um semestre de graduação como aluna de intercâmbio.

Em 2017, ingressei ao curso de graduação em Serviço Social da UnB e busquei a professora Yannoulas, visto que desenvolvia uma linha de pesquisa em Gênero, dentro do grupo de pesquisa TEDis. O Projeto “Políticas em Movimento e Saberes Situados – Desafios Práticos e interesses estratégicos das mulheres no Capitalismo (1995-2015)” já estava em andamento desde 2014, porém, o componente da pesquisa previsto para ser realizado com documentos internacionais não havia sido ainda executado. A professora me propôs realizar esse componente da pesquisa no contexto das disciplinas práticas de pesquisa e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), e eu aceitei. Devido à graduação anterior, tenho uma compreensão da importância e do funcionamento dos Organismos Internacionais. Porém, não os tinha estudado ainda com o recorte de gênero ou na sua relação com as políticas sociais, algo que foi possível por meio desta pesquisa.

Durante o curso de graduação em Serviço Social, participei do Minicurso “Mulheres, Direitos e Proteção Social no Brasil Atual” no VI Seminário Internacional de Política Social, realizado em 2017 na UnB. Participei também da palestra sobre Feminismo e Marxismo, proferida por Diana Assunção e organizada pelo Neppos – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Política Social – na UnB em 2017. Em 2018, participei do Seminário Itinerante de Serviço Social, cujo tema era “Capitalismo, Proteção Social e Feminismo: Desafios para o Serviço Social”, realizado em Brasília no contexto da IV Bienal Brasil do Livro e da Leitura, destacando-se a mesa da professora Mirla Cisne sobre “Feminismo e desafios para renovação profissional”.

Assim, o trabalho de conclusão de curso – TCC de graduação em serviço social tentará reunir as duas formações de graduação, o interesse na área de estudos de gênero, e os

resultados produzidos durante de dois anos de PIBIC, realizados entre julho de 2017 e junho de 2019, no âmbito do Projeto “Políticas em Movimento e Saberes Situados – Desafios Práticos e interesses estratégicos das mulheres no Capitalismo (1995-2015)” do Grupo de Pesquisa TEDis, e financiado, no último ano, por Bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Analisar as políticas para mulheres é necessário no âmbito do Serviço Social. Os assistentes sociais são profissionais que estão inseridos na formulação e na execução destas, portanto, estudá-las por meio da perspectiva de gênero é fundamental. Ademais, ao se aplicar as categorias NPM e IEG às políticas para mulheres, poderemos compreender a complexidade da formulação das políticas e da aplicação destas categorias, indo além da elaboração simplória e automática, inclusive questionada por Moser (1993). Verificar se essas categorias são historicamente mutáveis ou permanecem na mesma proporção do documento elaborado em 1995, a PAM, permitirá contribuir para a formulação de futuras políticas, visando suplantar a subordinação da mulher.

As mulheres permanecem em luta por seus direitos. Ainda vivenciamos salários menores, desvalorização social e laboral devido à maternidade e o direcionamento a determinadas áreas e posições no mercado de trabalho. Porém, é relevante apontar que os direitos das mulheres avançaram a ponto de possuírem documentos internacionais que visam garanti-los.

Assim, a presente pesquisa visou avaliar como esses documentos percebem as necessidades das mulheres – como NPM ou IEG – para verificar o nível de emancipação proposto. É importante a compreensão dessa percepção, tendo em vista que eles influenciam a formulação de políticas públicas nacionais dos países-membros. Além disso, compreender a forma como essas políticas se alteraram no decorrer do tempo poderá auxiliar na formulação de novas políticas que fortaleçam a possibilidade de emancipação.

Destaca-se, assim, que é importante que ambos os tipos de necessidades sejam preenchidos, visto que muitas mulheres realmente precisam das políticas classificadas como NPM (exemplo, programa de transferência condicionada de renda bolsa família); porém, almeja-se que essa discussão contribua para irmos além das necessidades práticas, alcançando a emancipação.

Em relação ao conhecimento já existente que se relaciona com o presente projeto, Costa (2017) aplica os estudos de gênero como abordagem para desenvolver sua monografia,

porém, utiliza-os para estudar a formação do assistente social. Compreende-se, porém, que a pesquisa atual contribuirá para a elaboração das políticas para as mulheres dentro do Serviço Social, não focando apenas na formação profissional.

Em relação à delimitação territorial e aos organismos internacionais, Sales (2015), ainda que se aproxime territorialmente por estudar a América Latina, foca na formação do assistente social. A pesquisa realizada por Almeida (2017) está em consonância com a atual pesquisa, visto que também foi realizada no âmbito do TEDis. Porém, possui seu foco no tema do trabalho das mulheres. Tanto Benatti (2014) quanto Lima (2011) abordaram documentos de organismos internacionais, todavia, estudam documentos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e/ou do Banco Mundial (BM). Por fim, a tese de Carraro (2016) aborda políticas sociais em países da América Latina, porém, o foco desta são as políticas socioassistenciais.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos além da introdução e as conclusões. O primeiro capítulo expõe a metodologia, explicitando o método, o paradigma epistemológico, a estratégia metodológica e os cuidados éticos. O segundo capítulo traz o referencial teórico, explicando o objeto, as categorias utilizadas, e as dimensões de análise de conteúdo. No terceiro capítulo desenvolve-se a análise dos documentos no âmbito da ONU (PAM e Beijing+20), enquanto o capítulo seguinte possui a análise dos documentos da CEPAL (Consenso de Satiago e Consenso de Santo Domingo).

No quinto capítulo há a condensação dos dados em uma comparação dos documentos, tendo-se em mente as categorias e dimensões expostas. Ele traz também a análise dos resultados e aplicação do teste qui-quadrado. As considerações finais são compostas por uma reflexão sobre os objetivos da pesquisa e sua contribuição para os Estudos de gênero, para a compreensão das políticas sociais e para o Serviço Social. No Anexo, incluímos o quadro que explica as dimensões de análise de conteúdo, sistematizadas com base nos estudos de gênero, que foram aplicadas às ações dos documentos internacionais analisados. Além disso, no anexo 2, está a tabela de valores críticos utilizada como referência para o teste qui-quadrado.

1. METODOLOGIA

1.1 Método – Materialismo dialético

O método escolhido foi o materialismo dialético. Este traz em si a contradição, o questionamento e a revisão, elaboradas de forma crítica, dos conceitos. Ele abarca os conflitos e as perspectivas filosófica, material e política. Ao utilizá-lo, entende-se que deve haver uma interação constante entre a pesquisa e o real (LIMA; MIOTO, 2007).

O materialismo histórico-dialético compreende a natureza material do mundo, analisando os vínculos e relações entre os fenômenos, assim como as leis que os fazem mover-se. Rodríguez (2014) destaca as leis da dialética de Hegels, que foram somadas à concepção materialista de Marx e Engels, resultando no método que “analisa o processo dialético de construção da sociedade mediante o estudo das transformações históricas da economia, num movimento dialético.” (RODRÍGUEZ, 2014, p.139).

Assim,

O método do materialismo histórico-dialético contribui para o processo de construção do conhecimento científico e social porque corresponde a uma atividade humana constante, na medida em que avança em prol de novos conhecimentos, permitindo uma maior aproximação ao real, com base no conhecimento social, historicamente produzido. (RODRIGUEZ, 2014, p.146)

Esse método é essencial para a pesquisa pois inicia sua abordagem a partir do objeto real concreto, e vai além, identificando suas várias determinações, permitindo a interconexão entre os dados obtidos e suas relações. Assim, as políticas públicas para mulheres, nosso objeto, são compreendidas com base nos documentos internacionais que propõem ações para efetivá-las. E cada documento é compreendido como resultado de lutas e conflitos de interesses e que podem influenciar as políticas nacionais.

1.2 Estudos de Gênero

Como paradigma epistemológico para a realização da pesquisa, foram utilizados os Estudos de Gênero. A decisão por usar este paradigma se deve à proposta da pesquisa de analisar as políticas para as mulheres, e buscar verificar se estas seriam políticas de gênero. De acordo com Yannoulas, Vallejos, Lenarduzzi (2000), existem cinco características que compõem os Estudos de Gênero. A primeira é a comparatividade. Compreende-se que é fundamental a

transformação dos Estudos da Mulher em Estudos de Gênero, pois “a comparação com o ‘outro’ permitiria o desenvolvimento de teorias que dessem conta das relações entre os gêneros assim como de suas representações e existências” (YANNOULAS, VALLEJOS, LENARDUZZI, 2000, p.429). A segunda característica é a transversalidade, que confere a necessidade de os Estudos de gênero serem multidisciplinares, pois abordam questões transversais às diferentes Ciências Sociais.

Outra característica é que o gênero é socialmente construído, e, portanto, é temporalmente mutável, assim como as relações sociais. Entra-se aqui, a perspectiva da historicidade dos Estudos de gênero. Estes também são políticos, pois vinculam-se ao movimento feminista, que é um movimento social e político. Destaca-se que a relação entre movimento e academia não é linear, fácil e direta. Há um distanciamento que é necessário ser reaproximado, tendo em mente que as ativistas assinalam pontos a serem estudados pelas acadêmicas (YANNOULAS, VALLEJOS, LENARDUZZI, 2000), e essa relação é essencial para ambas.

Por fim, destaca-se a característica da espacialidade dos estudos de gênero, ou seja, sua mutabilidade no espaço. Estas compreendem que as distinções territoriais também carregam diferenças culturais, sociais e políticas (YANNOULAS, VALLEJOS, LENARDUZZI, 2000). Para Carlotto e Lisboa (2012), os estudos de gênero “é um campo de conhecimento em construção e [...] tem sido construído pelas teorias do campo marxista e materialista histórico” (CARLOTO, LISBOA, 2012, p. 10)

1.3 Estudos comparados

Também foram utilizados os estudos comparados, visto que a pesquisa visa estudar as políticas tanto ao longo de um período temporal determinado (1995-2015) quanto compará-las no âmbito da ONU e da América Latina. Dessa forma, foram escolhidos quatro documentos a serem comparados, visando compreender, historicamente e territorialmente, a formulação de políticas para mulheres.

Horta (2013), ao tratar da pesquisa comparada, define que “os métodos comparados preocupam-se com a diversidade, entendida como o exame de semelhanças ou diferenças em um número moderado de casos” (HORTA, 2013, p.30.). Abordando também a diversidade, Pronko (2003) analisa a utilização dos estudos comparados nas Ciências Sociais. Para ela, a comparação não deve ser apenas um instrumento técnico, nem deve ser compreendida somente como a forma própria do pensamento humano. Assim, a

“comparação como método (ou como abordagem) do conhecimento científico refere-se às relações existentes entre os objetos” (PRONKO, 2003, p.576). Não se pode, portanto, utilizar a comparação aleijando-a da teoria, da dimensão histórica nem dos problemas a serem estudados.

Pronko (2003) ainda chama atenção para o perigo da necessidade de uniformidade, que não é possível na realidade. Dessa forma, preconiza que

Se a comparação não consiste na simples justaposição de casos, senão no reconhecimento de traços comuns e especificidades próprias, no conhecimento do outro enquanto tal, e de nós a partir do outro, ela permitiria, ainda no caso de evoluções diferentes, e talvez precisamente por isso, um grande enriquecimento na compreensão de cada um dos casos estudados. (PRONKO, 2003, p.584)

Assim, a utilização dos estudos comparados nessa pesquisa visa permitir reconhecer a especificidade de cada documento estudado, mas também compreender as relações entre os documentos e as políticas para mulheres presentes em cada um deles.

1.4 Estratégia metodológica

A estratégia metodológica em si para a realização da pesquisa foi composta por três técnicas: pela pesquisa bibliográfica, pela análise documental e pela análise de conteúdo. A pesquisa bibliográfica ocorreu por meio da utilização de fontes bibliográficas, permitindo o alcance às informações necessárias. Lima e Miotto (2007) afirmam que a pesquisa bibliográfica deve conter uma série de procedimentos para que possa ser assim classificada. Em seu texto, elas propõem fases baseadas em Salvador (1986). Essas fases foram seguidas para analisar os documentos internacionais:

- a) Investigação das Soluções;
- b) Análise explicativa das soluções;
- c) Síntese integradora.

A análise documental faz parte da fase de análise das soluções, mas é também, por si só, uma técnica metodológica abordada por André Cellard (2008). Uma das vantagens de se utilizar a análise documental é a eliminação de influências da presença humana. Nesse contexto, a desvantagem também se expressa, pois o documento é o que é e não é possível extrair outras informações além daquelas já presentes. Ainda assim, para a análise

documental, deve-se inicialmente “realizar um inventário exaustivo e uma seleção rigorosa da informação disponível” (CELLARD, 2008, p.298).

Para Cellard, cinco dimensões devem ser avaliadas: o contexto, no qual o documento foi produzido; o autor; a autenticidade e confiabilidade do texto; a natureza do texto, ou seja, seu suporte e forma de estruturação; os conceitos-chave e a lógica do texto, delimitando, portanto, conceitos e palavras.

A análise documental deve considerar os elementos abordados acima e possibilitar uma interpretação coerente do questionamento inicial, de forma analítica. Destaca-se que novas descobertas podem influenciar na transformação do objeto de pesquisa, sendo assim uma via de “mão-dupla”. Ela deve abarcar o questionamento, por meio das fontes, estabelecendo ligações entre o objeto de pesquisa e as informações extraídas dos documentos.

Para a análise dos documentos internacionais, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Como definida por Bardin (1977), a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Bardin (1977) propõe três fases para a análise de conteúdo: a pré-análise, sendo a fase de organização do material, por meio da leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e objetivos, elaboração de indicadores e preparação do material. A exploração do material, a segunda fase, é a análise propriamente dita. A terceira fase é o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação. Todas essas fases foram utilizadas na presente pesquisa.

A análise de conteúdo foi escolhida para o presente trabalho, pois possui também um caráter social:

é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada [...], e é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social (BAUER, 2002, p.191, apud OLIVEIRA, 2008, p.570)

Destaca-se que a utilização da análise de conteúdo também é vantajosa, pois pode servir a diversas disciplinas que realizam pesquisa qualitativa. Além disso, vai além de uma análise

do conteúdo manifesto, possibilitando “compreender o sentido pleno do discurso” (OLIVEIRA, 2003, p.15).

Essa técnica possui, porém, algumas limitações. A subjetividade na inferência pode ser extrapolada e exige, portanto, atenção e experiência do pesquisador. Outro ponto controverso da sua aplicação encontra-se na sua análise baseada na frequência, podendo destacar fatores frequentes que não são importantes, ou excluir temas importantes que não são frequentes. Assim, a interpretação do pesquisador é essencial para a tentativa de sanar esses limites.

Conclui-se que foram analisadas a literatura do movimento feminista utilizando-se as duas primeiras técnicas: a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Porém, tanto os documentos relacionados à PAM quanto os informes relacionados à CEPAL foram avaliados também pela perspectiva da análise de conteúdo. Para isso, foram selecionadas dimensões da análise de conteúdo, cuja tabela encontra-se no anexo 1.

1.5 Teste de Qui-quadrado

Os testes de hipóteses são ferramentas que permitem, por meio de um procedimento objetivo e estatístico, verificar a aceitabilidade e a rejeitabilidade das hipóteses. (SIEGEL, 1975) Assim, o primeiro passo de um teste é estabelecer a hipótese de nulidade H_0 . Esta é a hipótese que prevê que não há relação entre as variáveis, e “formula-se usualmente com o expresso propósito de ser rejeitada. Se é rejeitada, pode-se aceitar a hipótese alternativa” (SIEGEL, 1975, p.7). A hipótese alternativa H_1 indica como ocorre a dependência das variáveis, ou seja, é a hipótese comprovada e aceita.

Após estabelecida a hipótese de nulidade e a hipótese alternativa, deve-se escolher o teste a ser aplicado. Assim, visando avaliar se há dependência ou independência entre as variáveis da presente pesquisa foi aplicado o Teste de Qui-quadrado. De acordo com Siegel, “pode-se aplicar a prova χ^2 [qui-quadrado] para determinar a significância de diferenças entre dois grupos independentes” (SIEGEL, 1975, p.117).

Portanto, o primeiro grupo de variáveis da presente pesquisa constitui-se pelas categorias de interesses das mulheres (NPM, ET, IEG). O outro conjunto de variáveis constitui-se dos diferentes documentos analisados (PAM, Consenso de Santiago, Consenso de Santo Domingo e Beijing+20). Portanto, a aplicação do teste de qui-quadrado pretendeu verificar

o grau de dependência das variáveis e se era possível estatisticamente comprovar a relação entre elas.

1.6 Cuidados Éticos

A presente pesquisa, por se tratar de pesquisa bibliográfica e análise documental e não pesquisar diretamente com pessoas, não necessitou de aprovação do Comitê de Ética.

Garantimos, porém, que foram seguidas as normas da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, e da Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, as quais regulamentam a profissão de Assistente Social. Foram observadas as disposições do Código de Ética do Serviço Social, aprovado em 1993. Também foram respeitadas as orientações gerais da Resolução 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regula a ética em pesquisa social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas para as mulheres

O foco de análise dessa pesquisa são as políticas para as mulheres. É importante, portanto, compreendê-las. Souza (2006) faz uma revisão de literatura que contém os principais conceitos e modelos de políticas públicas.

O surgimento das políticas públicas difere entre os EUA e a Europa. As políticas públicas sob perspectiva europeia partem das teorias que explicam o Estado; enquanto, nos EUA, elas surgem no mundo acadêmico, seguindo diretamente para o estudo das ações governamentais (SOUZA, 2006).

Considerando diversas visões sobre políticas públicas, Souza (2006) as define como:

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26)

Nesse contexto, consideramos a perspectiva holística das políticas públicas, ou seja, consideramos que elas podem ser objetos de diversas áreas do conhecimento; e que comportam diversas perspectivas. Não se pode, porém, simplificar as políticas públicas a ponto de ignorar o embate de ideias e interesses, ou seja, os conflitos intragovernamentais, assim como as possibilidades de cooperação.

Para a autora, a partir das definições e modelos, pode-se compreender que a política pública:

permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; é abrangente e não se limita a leis e regras; é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo (SOUZA, 2006, p. 36-37)

A partir da compreensão de políticas públicas, é importante definir e compreender o termo políticas para mulheres e também o termo políticas de gênero, tendo em mente que “a incorporação da perspectiva de gênero, apresenta diversos graus de entendimento e de negociação” (BANDEIRA; VASCONCELOS, 2002, p.27)

A partir do movimento feminista dos anos 1970, conhecido como a segunda onda, inclui-se o conceito de gênero nas ciências sociais.

Quando falamos de gênero, estamos nos referindo às construções e às expectativas sociais sustentadas em relação aos homens e às mulheres. Em outras palavras, gênero diz respeito ao modo como nossa sociedade constrói representações sobre ser homem e ser mulher e pressupõe que sejam naturalmente estabelecidas. (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010, p.13)

Assim, a partir do conceito de gênero, compreende-se que existem diferenças sociais e culturais entre homens e mulheres, indo além das questões biológicas. Essas diferenças são construídas pelas relações sociais históricas (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010). Portanto, na presente pesquisa, consideramos que as políticas públicas não estão separadas das relações sociais que definem papéis e comportamentos específicos para mulheres e homens, e que podem reforçar ou questionar esses papéis.

Bandeira e Vasconcelos (2002) propõem duas tendências para a incorporação do gênero nas políticas públicas. De forma horizontal, adota-se o gênero ao propor políticas específicas nas áreas abordadas. Verticalmente, incorpora-se o gênero visando garantir a transversalidade nas políticas.

É premente ressaltar que emprega-se o termo política para mulheres distintamente de políticas de gênero. Assim, as políticas para mulheres possuem as mulheres como foco/objeto, sem questionar os papéis impostos socialmente; enquanto as políticas de gênero contribuem para a “desconstrução dos significados essenciais do feminino e do masculino que tornam nebulosa a percepção dos sujeitos femininos em sua dimensão de cidadania” (BANDEIRA; VASCONCELOS, 2002, p.28)

2.2 Necessidades Práticas das Mulheres e Interesses Estratégicos de Gênero

Criadas por Molyneux (1985) ao analisar a revolução sandinista ocorrida na Nicarágua, as categorias NPM e IEG foram pensadas para responder à pergunta política dessa autora:

“Que capacidade tem os governos de esquerda para emancipar as mulheres?” (AFONSO, 2017)

A partir de sua criação, essas categorias foram adaptadas para o planejamento de políticas com enfoque de gênero especialmente por Moser (1993). Foram também criticadas e reavaliadas por algumas autoras feministas (ANDERSON, 1992; FRASER, 1999; YOUNG, 1992), inclusive a própria Maxine Molyneux (1998), que perceberam que sua utilização na prática não deveria ser simplificada, e sim, deve considerar o contexto e a diversidade entre os interesses e necessidades das mulheres.

Para separar interesses comuns e interesses diversos de mulheres, Molyneux (1985) propõe a utilização do termo “interesses de gênero”, no qual se compreendem os interesses comuns das mulheres. Ela entende que os interesses de gênero podem ser práticos ou estratégicos. Os IEG estão relacionados à formulação de estratégias para superar a subordinação das mulheres, questionando a sociedade patriarcal, a divisão sexual do trabalho, o poder e o controle (MOLYNEUX, 1985). As NPM respondem às necessidades cotidianas e imediatas, que não necessariamente questionam a subordinação das mulheres. (MOLYNEUX, 1985)

Moser (1993) desenvolve ainda mais as categorias propostas por Molyneux. Para essa autora, os IEG são identificados com base na posição subordinada das mulheres, que devem ter um nível de conscientização de sua posição. Além disso, o contexto deve ser considerado para se compreender esses interesses. As NPM são respostas às necessidades imediatas. De acordo com ela, a maioria das políticas públicas foca na resolução de necessidades práticas, muitas vezes ignorando a importância dos interesses estratégicos, e conseqüentemente reforçando a subordinação. Em sua concepção, as NPM devem progredir para alcançar a satisfação dos IEG.

Young (1992) desenvolve a sua crítica às categorias ao afirmar que não existe apenas um interesse comum entre as mulheres, e que as complexidades devem ser consideradas. Ela avalia que os recursos são limitados, e assim o estabelecimento de prioridades é necessário. Além disso, ela também explora o nível de conscientização das mulheres, que muitas vezes não entendem e não querem que suas vidas sejam alteradas, como certamente serão se a subordinação for superada. Logo, a necessidade do desenvolvimento da consciência social é de extrema importância para esta autora. Apesar das críticas, Young é bastante favorável à utilização das categorias, desde que consideradas as observações e críticas apresentadas acima.

Fraser (1999) colabora, em sua teoria social crítica, com a compreensão das necessidades. Ela também critica a simplificação proposta pelo paradigma original criado por Molyneux, e desenvolve três dimensões das necessidades. Para ela, é importante a relação entre as necessidades e a politização destas, considerando que a despolitização de necessidades domésticas (privadas) e econômicas apoia a subordinação. Logo, dever-se-ia politizar e assegurar a interpretação das necessidades, visando satisfazê-las e superar a subordinação.

Anderson (1992), a mais crítica dentre as autoras, questiona a simplicidade das categorias, indicando que elas falharam em abarcar as múltiplas experiências das mulheres. Ela também percebeu a dificuldade de conscientização das mulheres frente a seus IEG, que derivam de um sistema de gênero no qual as alterações na subordinação também transformariam a vida das mulheres de forma que muitas não estariam prontas a compreender. Anderson reafirma que o paradigma não é uma chave mágica. Além disso, ele não deve ser fixo, e deve compreender que haverá mudanças e adaptações à realidade.

Foram estudadas, também, as pesquisas realizadas no âmbito do Projeto “Políticas em Movimento e Saberes Situados – Desafios Práticos e interesses estratégicos das mulheres no Capitalismo (1995-2015)”, visando solidificar a compreensão das categorias (YANNOULAS, SILVA, 2017; AFONSO, 2018; XAVIER, 2017). Azzolin e Yannoulas (2016) usaram as categorias NPM e IEG para analisar as ações dos três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM) de 2013 a 2015. Elas concluíram que o III Plano Nacional para mulheres possuía, em relação às prioridades, mais IEG do que NPM. Porém, em relação às ações o III PNPM empatou com 23 ações em cada categoria. Esse estudo contribuiu para a compreensão da utilização das categorias como paradigma de análise, bem como para observar o processo de transformação diacrônica de uma categoria em outra a partir da história documentada.

Miranda e Yannoulas (2017) analisaram a política de vagões exclusivos para mulheres no metrô em Brasília. Após a contextualização da política mundialmente e a discussão sobre movimentos que a apoiam e criticam, as autoras investigaram a perspectiva das usuárias, por meio da aplicação e análise de questionários. Percebeu-se que a política não alcança o patamar de IEG, apesar de atender a necessidade prática de proteção das mulheres. Além disso, revelou-se uma contradição na qual, apesar da aprovação da política dos vagões exclusivos pelas usuárias, elas não se sentem completamente seguras durante todo o trajeto, e muitas possuem posições conservadoras, como no caso de usuárias trans. Dessa forma, as autoras destacam a posição de NPM da política, que é sim importante. Porém, ela não

avançou a ponto de se tornar um IEG, por meio do questionamento a posição tradicional das mulheres, tampouco para garantir sua liberdade sexual e sua segurança em espaços públicos em geral. Nesse estudo foi observada então a contradição inerente as categorias analisadas, de maneira sincrônica.

Silva (2016) usou as mencionadas categorias para analisar a desigualdade de gênero e raça na trajetória escolar e laboral das mulheres jovens que nem trabalham nem estudam, na periferia do Distrito Federal. Ao identificar as reivindicações e analisar a organização dessas demandas, concluiu-se que as NPM foram mais requeridas pelas jovens “nem-nem”, ganhando mais destaque do que os IEG. Ela traz a ambiguidade presente na visão das jovens que se responsabilizam por terem abandonado a escola, porém surge a percepção de que a escola não era um local acolhedor para esse público. Como as NPM, constituintes da maior parte das demandas dessas jovens, são esvaziadas politicamente, Silva percebe a dificuldade dessas jovens proporem possibilidades. Assim, a autora afirma a importância da existência de políticas públicas para as jovens nem-nem, baseadas em suas demandas, visando oferecer oportunidades de educação, autonomia financeira, e a inclusão da desigualdade de gênero na educação e na formulação das políticas públicas. A partir desse estudo, pode-se observar a predominância da categoria NPM, e, principalmente, a reflexão acerca da exigência de politização das demandas e da conseqüente transformação diacrônica destas em IEG.

Para desenvolver a pesquisa, foi importante considerar todas essas perspectivas das autoras e entender que as categorias não são fixas e sua análise e classificação foram complexas.

2.3 Dimensões da Análise de Conteúdo

As dimensões de análise de conteúdo foram escolhidas para a pesquisa visando classificar as ações dos documentos de organismos internacionais. Elas foram definidas com base na literatura dos estudos de gênero, pois são categorias importantes para esse paradigma epistemológico.

2.3.1 Divisão Sexual do Trabalho

Tendo em mente que as relações sociais são historicamente construídas, a dimensão “Divisão Sexual do Trabalho” foi escolhida como uma das dimensões de análise de conteúdo. Apesar de ter sido inicialmente utilizada por etnólogos, as feministas deram um conteúdo novo para essa categoria, na França, nos anos 1970 (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Inicialmente, essa dimensão abarcava a noção das esferas pública e privada, e do não reconhecimento de trabalho realizado pelas mulheres, como o trabalho doméstico. Porém, percebeu-se que apenas essas esferas não eram suficientes, utilizando-se, assim, a análise das relações sociais de sexo. A Divisão Sexual do Trabalho foi e é utilizada para repensar, questionar e redimensionar a forma como se compreende o trabalho e suas categorias (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Assim,

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (KERGOAT, 2009, p.67).

Kergoat (2009) destaca os dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho, que são essenciais para sua compreensão. O primeiro consiste na separação de tipos de trabalhos “para homens e para mulheres” (KERGOAT, 2009, p.67). O segundo é a hierarquização, que define que o trabalho do homem tem maior valor.

Nesse contexto, Yannoulas (2013) ressalta que a interligação entre os estudos de gênero e os estudos do trabalho permite compreender que a construção social da categoria trabalho é permeada e organizada pela divisão sexual. Assim “essa sociabilidade humana estruturada em torno do trabalho é definitivamente sexuada ou generificada” (YANNOULAS, 2013, p.23).

Além disso, as pesquisas realizadas com base nessa intersecção entre gênero e trabalho demonstram uma dupla segmentação (horizontal e vertical) do trabalho feminino (YANNOULAS, 2013). Isso pode ser compreendido por meio dos princípios organizadores de Kergoat (2009): a segmentação horizontal refere-se a tipos de trabalhos diferentes, enquanto a verticalização propõe mais valor para o trabalho masculino.

Mutações como a reestruturação produtiva, a transformação dos paradigmas tecnológicos, a feminização do assalariamento influenciaram, entre outros aspectos, na acumulação pela mulher da atividade profissional e da vida familiar. (YANNOULAS, 2013) Porém,

paradoxalmente essas transformações pouco afetaram e, em alguns casos, até aumentaram a hierarquia das desigualdades profissionais e ocupacionais em termos de remunerações, condições de trabalho, prestígio e outras qualidades dos empregos. Isso porque não alteraram em profundidade as representações sobre o emprego feminino ou a própria divisão sexual do trabalho doméstico. (YANNOULAS, 2013, p.34)

Assim, apesar das mudanças, não se elimina a dupla presença (ou ausência), “pois se elas ingressaram de maneira contundente nos mercados de trabalho, as tarefas de reprodução doméstica continuam sendo uma atribuição quase que exclusivamente feminina” (YANNOULAS, 2013, p.35). Elas permanecem tendo como atribuição o trabalho doméstico, ao mesmo tempo em que estão massivamente no mercado de trabalho produtivo e reprodutivo.

A compreensão da dimensão divisão sexual do trabalho é essencial para a análise proposta pela pesquisa. A formulação e a execução de políticas públicas em âmbito internacional, e seus rebatimentos nos países-membros, são perpassados pela divisão sexual do trabalho. Assim, as políticas podem manter e não questionar os princípios, a segmentação ou a dupla presença presentes nessa dimensão, ou podem questioná-las diretamente, permitindo luta contra a subordinação das mulheres no trabalho produtivo ou reprodutivo.

2.3.2 Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres

A segunda dimensão se refere aos “Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres”, que são compreendidos em termos de seu surgimento, complexidade e de como se construiu o seu conceito.

Migaire (2017) realiza uma contextualização do surgimento da família, com base em Engels, que possibilita a compreensão de que “a desvalorização da mulher na família é datada desde o período da barbárie, se potencializando na civilização, com a disseminação da lógica patriarcal e o desenvolvimento do capitalismo” (MIGAIRE, 2017, p.14.) Assim, com a consolidação da família patriarcal/monogâmica, o homem tornou-se o detentor do poder familiar. Nesse escopo, a mulher perdeu seus direitos, inclusive sobre o seu próprio corpo. Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres deixaram de ser de seu próprio interesse, para serem subordinados às decisões e aos desejos do homem.

A conceituação dos direitos reprodutivos na PAM é resultado de um processo vinculado aos movimentos feministas. A ideia de autodeterminação sexual das mulheres originou-se nos

movimentos feministas que advogavam o controle de natalidade em 1830, na Inglaterra (CORREA, PETCHESKY, 1996). Avançou-se, no século XX, também em outros continentes, em relação à sexualidade, defendendo o direito de se “recusarem o sexo e a gravidez indesejados” (CORREA, PETCHESKY, 1996, p.152). O movimento feminista dos anos 1970 e 1980 fortaleceu ainda mais a ideia das mulheres determinarem suas próprias vidas reprodutivas e sexuais.

A PAM, documento que será analisado como fonte primária da pesquisa, define os direitos reprodutivos como

direitos básicos de todos os casais e indivíduos a decidir livre e responsabilmente o número, a frequência e o momento para terem seus filhos e de possuir as informações e os meios para isso, bem como do direito a alcançar o mais elevado nível de saúde sexual e reprodutiva. Isso também inclui o seu direito de adotar decisões relativas à reprodução livres de discriminação, coerção e violência, conforme expresso nos documentos de direitos humanos. (BRASIL, 2006, p. 225)

A inclusão do termo ‘direitos sexuais e reprodutivos’ na PAM consolida a percepção de que esses direitos são fundamentais e parte dos direitos humanos (LEMOS, 2014). É importante, porém, retomar o debate sobre a relação entre direitos humanos e o marxismo, principalmente para se compreender a emancipação sexual e reprodutiva.

Tonet (2015) deixa claro a posição de Marx sobre a emancipação. Para Marx, a emancipação política ocorre no âmbito do capitalismo, não ameaçando estruturalmente a continuidade desse modo de produção, e tendo como fundamento o trabalho assalariado. Por outro lado, a

emancipação humana tem como seu fundamento outra forma de trabalho, o trabalho associado. Este se caracteriza por ser uma forma de trabalho livre, consciente, coletiva e universal. E, por sua natureza, elimina, pela raiz, toda forma de exploração e opressão do homem pelo homem, possibilitando a todos os indivíduos serem plenamente livres e realizarem, da forma mais ampla possível, as suas potencialidades. (TONET, 2015. p.282)

Barros e Silva (2016) reconhecem essa visão de Marx, mas vão além. Ao analisar autores marxistas como Lênin, Gramsci, Thompson e Meszáros, as autoras esclarecem que não se deve reduzir os direitos humanos apenas a direitos burgueses. A luta de classes permanece e o proletariado, como sujeito coletivo, tensiona esses direitos visando direcioná-los para seus próprios interesses. Elas concluem que, de fato, a crítica de Marx é válida, visto que esses

direitos não garantiriam a emancipação real, porém, ao adotarem a perspectiva de Mészáros, elas afirmam que “os direitos humanos não só devem ser entendidos como mecanismos potenciais à luta pela derrubada do capitalismo, como se colocam no topo da agenda marxista, enquanto uma de suas questões mais importantes” (BARROS; SILVA, 2016, p.339).

Assim, o debate sobre a emancipação humana em termos da dimensão de direitos sexuais e reprodutivos, possibilitará a análise dos documentos, visando verificar se há garantia de condições de saúde, bem-estar econômico e social para que as mulheres possam exercer sua emancipação sexual e reprodutiva.

2.3.3 Políticas Públicas de Gênero

Historicamente, as políticas públicas foram elaboradas ignorando a perspectiva de gênero. Tendo em mente que o patriarcado é uma estrutura vigente e que influencia as relações sociais, a não incorporação dessa perspectiva reproduz a condição de dominação do homem sobre a mulher. Os movimentos feministas questionaram o espaço destinado às mulheres na sociedade. Esse questionamento perpassou inclusive a esfera estatal, que não era ocupada por mulheres (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

A incorporação da perspectiva de gênero na formulação de políticas públicas é complexa, pois há dificuldades de se compreender o conceito, além da influência de reformas e mudanças na gestão pública. Porém, essa incorporação contribui definitivamente para desconstruir o masculino e o feminino e para questionar o essencialismo, que desconsidera a construção histórico-social dos sujeitos. (BANDEIRA, VASCONCELOS, 2002)

Assim, a perspectiva de gênero permitiu perceber e combater as desigualdades de gênero e formular políticas que visam superá-las. Destaca-se que as políticas públicas de gênero, para Bandeira e Almeida (2015),

partem da premissa de que as instituições estatais são partícipes da construção política e social dos gêneros e, portanto, devem combater a iniquidade e a desigualdade entre homens e mulheres. Essas políticas [de gênero] desenvolvem-se em contexto mais amplo, com o objetivo de promover, aperfeiçoar a qualidade de vida para homens e mulheres mediante o pleno exercício da cidadania. Partem do princípio do respeito com as mulheres como sujeitos autônomos, ativos e participantes no desenvolvimento, transcendendo os papéis sexuais naturalizados pela cultura. (BANDEIRA, ALMEIDA, 2015, p.275)

Assim, as políticas públicas de gênero se diferenciam das políticas para as mulheres, as quais estão “restritas a núcleos específicos dentro dos níveis executivos do Estado, com reduzida capacidade de expandir suas proposições” (BANDEIRA;ALMEIDA, 2015, p.276). Essas últimas geralmente são assistencialistas, pontuais e focalizadas.

Teixeira (2010), ao estudar o Programa Bolsa Família, identifica que, no contexto neoliberal, as políticas sociais estão sendo deslocadas do âmbito do Estado para a família. Esse viés *familista* é caracterizado pela “transferência de parte substantiva da responsabilidade pela proteção social para as famílias” (TEIXEIRA, 2010, p.198) e onera adicionalmente as mulheres. Assim, é essencial que haja a problematização das concepções de família no âmbito das políticas públicas, visando enfrentar as desigualdades de gênero.

Tendo em mente a atual pesquisa, compreende-se que as políticas públicas de gênero visam a emancipação feminina, e estão em consonância com o atendimento dos IEG. As políticas para as mulheres, cujo objetivo é atender necessidades cotidianas e reforçar o papel destas como subordinadas dentro da estrutura familiar, não reconhecem a perspectiva de gênero em sua formulação, atendem as NPM.

2.3.4 Representação das Mulheres no Âmbito Público

Nancy Fraser (2010) desenvolve três escalas para se compreender a justiça social em um contexto de globalização. A primeira delas é a dimensão econômica, chamada de distribuição. A dimensão cultural é o reconhecimento. A mais recente é a representação, entendida como dimensão política que perpassa os três níveis. Tendo essas escalas em mente, as categorias criadas para analisar os documentos internacionais podem ser assim organizadas.

A distribuição relaciona-se com a estrutura de classes. Dessa forma, as duas primeiras dimensões, baseadas na Divisão Sexual do Trabalho, estão no âmbito da Distribuição. Em relação ao reconhecimento, podemos perceber esse viés na segunda e na terceira dimensões, visto que se visa compreender como o Estado reconhece a mulher, enquanto sujeito político ou receptor de direitos, e enquanto sujeito civil que decide sobre sua liberdade sexual e reprodutiva. Por fim, a representação está presente na última categoria, em relação a presença de mulheres em locais públicos de tomada de decisão. Fraser destaca que “Representation concerns the procedures that structure public processes of contestation.”¹ (FRASER, 2010, p.17; tradução livre).

¹ A representação se relaciona aos procedimentos que estruturam processos públicos de disputa (tradução livre).

A discussão sobre representação política das mulheres é múltipla e complexa. O direito ao voto foi a primeira luta das feministas, que compreendiam que o voto “era a via de acesso aos espaços de tomada de decisão” (MIGUEL, 2015, p.93). Apesar dessa conquista, a elite política permaneceu dominada por homens até hoje. Assim, apenas eliminar as barreiras de acesso não foi suficiente para garantir a representação às mulheres.

Dentre outras análises sobre a representação, Celis et al (2008) propõem a representação substantiva, que considera os múltiplos atores, locais, objetivos e meios. Elas defendem que o aumento no número de mulheres eleitas nem sempre resulta em ganhos políticos para as mulheres. Assim, é importante ter atores críticos, “que iniciam propostas políticas por eles mesmos e que incentivam outros a promoverem políticas para as mulheres” (CELIS et al, 2008, p.102).

Nesse mesmo sentido, Miguel (2015) elenca alguns problemas existentes na representação das mulheres no âmbito público. O essencialismo entende que as mulheres teriam interesses idênticos, porém, isso é questionado, visto que “os indivíduos ocupam simultaneamente diversas ‘posições de sujeito’, cujas pressões são variadas e, muitas vezes, contraditórias” (MIGUEL, 2015, p.100). Assim, pressupor uma homogeneidade de interesses das mulheres fragiliza a busca por emancipação.

Propõe-se, em conjunto com a análise de Pinto (2001), o binômio representação-participação tendo em vista que “é na complementariedade e na tensão entre representação e participação que a questão das mulheres se coloca e pode ser mais adequadamente apropriada” (PINTO, 2001, p.103). Ou seja, as mulheres devem estar em espaços públicos de tomada de decisão, mesmo que não seja o parlamento. A participação e a presença destas, ainda que não necessariamente garantam posições feministas e críticas, devem ser estimuladas.

Portanto, propostas dos documentos internacionais que visem garantir tanto a representação em termos eleitorais, quanto a participação das mulheres em espaços deliberativos, serão classificadas como IEG. As ações que visem manter a mulher no espaço privado serão consideradas como NPM.

2.4 Organismos Internacionais e América Latina

A compreensão dos organismos internacionais (OIs) é essencial para a pesquisa, visto que seus documentos serão o objeto de análise da pesquisa. Dessa forma, Herz e Hoffman

(2004), definem-nos como “a forma institucionalizada de realizar a cooperação internacional” (p.09). Estes estão incluídos dentro do multilateralismo, compreendido como a “coordenação de relações entre três ou mais Estados” (HERZ, HOFFMAN, 2004, p.11).

Destaca-se que os organismos internacionais são atores centrais do sistema internacional, porém, não se pode desconsiderar os demais atores, como os Estados, os indivíduos, as ONGs, a opinião pública. Mas, a importância dos OIs dá-se na regulação da governança global, na busca pela cooperação multilateral e na tentativa de evitar conflitos armados entre países.

Os OIs, ainda que sejam constituídos por Estados-membros, possuem uma relativa autonomia em relação a eles, visto que detêm personalidade jurídica. Além disso, esses organismos propiciam espaço de negociação, contribuem para a criação de normas e leis, geram a expectativa de reciprocidade (HERZ, HOFFMAN, 2004). Alguns possuem, inclusive, formas de sancionar os Estados-membros, ainda que a maioria atue por meio de recomendações.

Entende-se que o debate marxista adentrou o estudo das relações internacionais apenas em 1980, a partir de críticas ao positivismo. Para as autoras, “partindo de uma crítica ao sistema capitalista, teóricos marxistas salientam o papel das organizações internacionais no processo de reprodução desse modo de produção” (HERZ, HOFFMAN, 2004, p. 59), sendo que atuam na formação e no fortalecimento de hegemonias.

Assim, destaca-se que, desde sua criação, os OIs são permeados por relações de contradição. Esta permite reconhecer “as relações de desigualdades econômicas, políticas e sociais presentes na sociedade, mas sem situar, no entanto, os elementos estruturadores de tais desigualdades” (ALMEIDA, 2017, p.38).

Compreende-se, portanto, que os OIs reconhecem as desigualdades sem questionar suas determinações materiais e históricas. Eles assumem uma posição historicamente e socialmente determinadas por estarem inseridos, e não questionarem, na sociedade patriarcal e capitalista. Assim, teve-se em mente essa contradição, que se expressa também nos documentos elaborados no âmbito dos OIs.

Destaca-se, também, a importância desses organismos em influenciar as políticas dos seus Estados-membros, visto que muitos tratados, convenções ou recomendações são assinados e implementados em âmbito nacional. Ao se falar sobre políticas para as mulheres, a PAM

(1995) é um dos marcos históricos que certamente influenciou a formulação de políticas nacionais. Essa Plataforma foi estabelecida no âmbito da ONU – Organização das Nações Unidas –, possuindo, portanto, alcance mundial.

Nessa pesquisa, focar-se-á também na CEPAL, organização internacional no âmbito da América Latina, criada em 1948 pelo ECOSOC - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Seu foco inicial foi o desenvolvimento econômico, baseando-se na substituição de importações e na integração regional como estratégias (HERZ, HOFFMAN, 2004). Estudar os documentos da CEPAL auxiliará na compreensão das particularidades da América Latina, tendo em mente as relações patriarcais e de classe e as propostas desenvolvimentistas vivenciadas por esses países.

2.5 Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas

O feminismo surgiu na América Latina nos anos 1960 e 1970, em um contexto de governos autoritários e democracias pouco consolidadas. Foi, desde seu início, um movimento de oposição, não só ao patriarcado mas também a outras formas de opressão, repressão e exploração (STERNBACH et al, 1994). Nesse período, o discurso conservador de exaltação da família era contrariado na realidade: inserção das mulheres no mercado de trabalho, feminilização da pobreza e manutenção da divisão sexual do trabalho. Ademais, a violência de gênero era vivenciada de diversas formas pelas mulheres latinoamericanas.

Movimentos de oposição aos governos autoritários e a favor da democracia eram, em sua maioria, localizados no espectro da esquerda. Porém, ainda nesse contexto, as demandas de “mulheres e ‘seus problemas’ eram invariavelmente relegadas a uma posição secundária nos movimentos progressistas e revolucionários” (STERNBACH et al, 1994, p.260).

Desde seu início, o movimento era heterogêneo, constituído por grupos de esquerda, de direita, de mulheres que não se denominavam feministas, mas que se uniam para promover estratégias coletivas de sobrevivência.

Na América Latina, esses [...] movimentos são comumente chamados de ‘movimientos de mujeres’ [movimentos de mulheres] ou ‘movimientos femeninos’. As feministas latino-americanas contemporâneas, portanto, formam apenas uma parte de um movimento maior de mulheres, multifacetado, social e politicamente heterogêneo. (STERNBACH et al, 1994, p.261).

Assim, compreende-se que o movimento de mulheres se caracteriza por

movimientos locales, nacionales, sectoriales, regionales y mundiales que articulan organizaciones, grupos y redes de mujeres -feministas y no feministas-, ONG's, así como a mujeres y hombres que participan en otros movimientos sociales (v.g. cooperativo, sindical, juventud, indígena, comunal) e independientes que participan en acciones tendientes a combatir la discriminación y subordinación de género² (STEIN, OREAMUNO, 1996, p.4)

Com a expansão e crescimento do feminismo na década de 80, as latinoamericanas começaram seu processo de desagregação da esquerda masculina, concomitantemente ao aprofundamento de suas questões, indo além do movimento de mulheres (STERNBACH et al, 1994). O feminismo, como movimento, consolidou-se como “pensamiento crítico, contrahegemónico y contracultural, que se plantea desmontar la opresión y explotación patriarcal”³ (CAROSIO, 2012, p.10). Assim, o feminismo latinoamericano se repensa visando a construção de uma prática política que considere os diversos sistemas de dominação: sexismo, racismo, capitalismo, heteronormatividade. O questionamento desses sistemas foi e está sendo construído por meio de reflexões teóricas e críticas, culminando na ação política e na ocupação de espaços públicos (CAROSIO, 2012)

Ao analisar os feminismos da América Latina, Sonia Alvarez (1998), o caracteriza como “un amplio, heterogéneo, policéntrico, multifacético, y polifónico campo, o dominio político [...], que se extiende más allá de las organizaciones o grupos” (ALVAREZ, 1998, p.1)⁴. Assim, compreende-se que as feministas ocupam espaços públicos tanto oficiais quanto alternativos. A reorganização do campo feminista acompanhou a reestruturação política local e global, especialmente nos anos 1990.

El movimiento de la década de 90 – enfrentado ya a los procesos de transición o consolidación democrática - ha cambiado de forma de existencia, de lógica, de dinámica y ha comenzado a levantar nuevos énfasis. Uno de los cambios significativos ha sido la modificación de una postura antiestatista hacia una postura crítica-negociadora en relación al Estado y a los espacios formales internacionales. Ello ha significado también el cambio de una autonomía más bien defensiva y una lógica y dinámica más bien de confrontación (necesaria a todas luces en las primeras etapas tanto por necesidad de afirmación como por la existencia de las dictaduras en el continente) hacia una lógica más bien de negociación, pero desde una autonomía

² “movimentos locais, nacionais, setoriais, regionais e globais que articulam organizações, grupos e redes de mulheres - feministas e não feministas -, ONGs, assim como mulheres e homens que participam de outros movimentos sociais (por exemplo, cooperativa, sindicato, juventude, indígenas, comunitários) e independentes que participam de ações voltadas ao combate à discriminação e subordinação de gênero” (tradução livre)”

³ “pensamento crítico, contra-hegemônico e contracultural, que se propõe a desmontar a opressão e a exploração patriarcal (tradução livre)

⁴ “um amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetado e polifônico campo ou domínio político [...], que se estende para além das organizações ou grupos” (tradução livre).

fuerte y propositiva y, por eso, dialogante" (VARGAS, 1996, apud, ALVAREZ, 1998, p.5)⁵

Um dos espaços ocupados pelas feministas foi os Encontros Latino-Americanos e do Caribe. Eles ocorrem desde 1981, a cada dois anos, e são compreendidos como “espaços críticos transnacionais” (ALVAREZ et al, 2003, p.542). Contribuem para a articulação das feministas por meio de compartilhamento de experiências, organizações teóricas e de debates, construção de perspectivas diversas, dentre elas a criticidade. Apesar da criticidade presente no movimento feminista, inspirações neoliberais também influenciaram na incorporação do gênero e na reorientação de instituições que atuam no campo, especialmente com a presença de ONGs e sob a justificativa da ‘modernidade’ (ALVAREZ, 1998). Essa nova reorientação mitiga, de certa forma, a radicalidade do movimento feminista, incorporando o tecnicismo e a profissionalização do campo.

As mudanças econômicas, sociais e culturais dos anos 1980 e 1990 influenciaram também o cenário internacional. A ONU desenvolveu uma nova agenda global que visava responder, por meio de conferências mundiais, os temas pertinentes ao novo contexto democrático (VARGAS, 2010). Após a I Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada no México, em 1975, iniciou-se a chamada ‘Década da Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz’ no âmbito da ONU, que foi impulsionada pelos movimentos de mulheres e movimentos feministas (STEIN, OREAMUNO, 1996), sendo elas os sujeitos dos documentos internacionais. Assim, percebe-se que o tema dos movimentos feministas e de mulheres é pertinente para a compreensão da elaboração dos documentos avaliados na presente pesquisa.

2.6 Empoderamento

A Conferência de Beijing foi um marco na atuação dos organismos internacionais ao incorporar as demandas dos movimentos feministas em defesa dos direitos das mulheres. A PAM reconhece direitos, reivindicações e demandas, propondo ações para enfrentar a desigualdade entre homens e mulheres.

⁵ “O movimento dos anos 90 – já confrontado com os processos de transição ou consolidação democrática – mudou sua forma de existência, de lógica, de dinâmica e passou a suscitar nova ênfase. Uma das mudanças significativas foi a modificação de uma posição antiestatista em direção a uma postura crítico-negociadora em relação ao Estado e espaços formativos internacionais. Isto significou também a mudança de uma autonomia bastante defensiva e uma lógica e dinâmica de confrontação (claramente necessária nos estágios iniciais tanto para a necessidade de afirmação quanto para a existência de ditaduras no continente) em direção a uma lógica de mais negociação, mas de uma autonomia forte e pró-ativa e, portanto, de diálogo” (tradução livre)

Empoderamento, nos termos da PAM, “consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo” (BRASIL, 2006).

Porém, a PAM não avança nos debates sobre as condições estruturais da sociedade. Ela utiliza ‘empoderamento’, mas este é “pautado em uma atitude individual de participação consciente dos sujeitos em espaços de decisões” (ALMEIDA, 2017, p.173). Assim, deve-se ter em mente que os documentos internacionais não questionam as estruturas patriarcal e capitalista e defendem um empoderamento individual.

Vindo o termo em inglês *empowerment*, que significa “the process of gaining freedom and power to do what you want or to control what happens to you”⁶ (Cambridge Dictionary). Paulo Freire, porém, compreende o termo de outra forma, não excluindo a necessidade de empoderamento individual como necessário para a transformação social, mas não se limita a ele.

Compreendo o *empowerment* como o *empowerment* de classe social. Não individual, nem comunitário, nem meramente social, mas um conceito de *empowerment* ligado à classe social. [...] A questão do *empowerment* da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do *empowerment* muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta. (FREIRE, SHOR, 1986, p.72)

Dessa forma, o empoderamento presente na PAM não considera as estruturas, mas na presente pesquisa visa-se esclarecer que esse termo não se restringe apenas a essa conceituação individualista, mas que deve ser ressignificado como um ‘empoderamento da classe social’, como afirmava Freire.

⁶ “O processo de conseguir liberdade ou poder para fazer o que quiser ou controlar o que acontece com você” (tradução livre)

3. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA ONU

A segunda onda do movimento feminista, que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, vivenciou a luta das mulheres em todo o mundo pela igualdade. Apesar da conquista do direito ao voto já ter sido concretizada, da inserção das mulheres no mercado de trabalho, e do reconhecimento de direitos civis dessas mulheres, muito havia, e ainda hoje há, por quê lutar.

Manifestações a favor da liberdade sexual, a incorporação de movimentos feministas negros e do “terceiro mundo” foram bandeiras levantadas nesse período. A expressão do movimento feminista também foi vivenciada no âmbito internacional, com as Conferências da mulher e a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, de 1979.

No âmbito das Nações Unidas, a primeira Conferência Mundial sobre a Mulher ocorreu no México em 1975, cujo lema foi “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Foram aprovadas diretrizes para os anos de 1976-1985. A segunda Conferência Mundial da Mulher ocorreu em 1980, em Copenhague, sob o lema “Educação, Emprego e Saúde”. Em 1985, aconteceu a terceira conferência em Nairóbi. Com o tema “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”, realizou-se um balanço da década e constatou-se pouco avanço (ONU MULHERES).

Dez anos depois, em 1995, foi realizada a quarta Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing. Esta mobilizou uma quantidade não antes vista, chamando atenção de governos, ativistas e outros atores para a desigualdade entre homens e mulheres. Ademais, o longo e árduo caminho até a IV Conferência proporcionou experiência e força para os movimentos de mulheres, dentre eles os feministas, que construíram relações com a ONU, Estados, ONGs e movimentos sociais nacionais, locais e transnacionais (STEIN, OREAMUNO, 1996).

Na referida conferência, foi criada a Declaração e Plataforma de Ação Mundial – PAM, adotada em consenso por 189 estados-membros. A PAM é um programa que visa o empoderamento feminino e garantir a participação ativa da mulher em todas as esferas, tanto pública quanto privada, mediante participação e igualdade (BRASIL, 2006). São propostas 12 áreas críticas que perpassam pobreza, violência, desigualdade em diversos âmbitos e discriminação.

Especificamente, a PAM “define o conceito de gênero para a agenda internacional, empoderamento das mulheres e transversalidade das políticas públicas”(ONU MULHERES). Em relação à incorporação do gênero nas políticas públicas, Bandeira e Vasconcelos (2002) afirmam que “a abordagem sobre as especificidades da condição de gênero e a necessidade de ações direcionadas desenvolveu-se a partir da realização das conferências internacionais” (BANDEIRA; VASCONCELOS, 2002, p.25). Assim, é importante a presente pesquisa pois se baseia na análise de documentos resultantes dessas conferências.

Para a análise dos documentos internacionais identificados e selecionados, foram utilizadas as dimensões analíticas de conteúdo: Divisão Sexual do Trabalho; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Políticas Públicas de Gênero; Representação das Mulheres no Âmbito Público. A partir delas, poder-se-á verificar se há predominância de objetivos e ações que visem atender as necessidades práticas das mulheres ou os interesses estratégicos de gênero.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, na etapa de classificação dos objetivos e ações em NPM e IEG, percebeu-se a necessidade de elaborar uma categoria intermediária. Essa categoria será denominada “Em Transição” (ET), ou seja, ela não se encontra exatamente em nenhuma das anteriores, mas possui características de ambas.

A necessidade de criação de uma categoria intermediária não foi apontada anteriormente nos demais trabalhos do Projeto “Políticas em Movimento e Saberes Situados – Desafios Práticos e interesses estratégicos das mulheres no Capitalismo (1995-2015)” do Grupo TEDis, apesar das pesquisadoras terem insistido reiteradamente na problemática definição de objetivos dos movimentos como uma ou outra categoria. Portanto, presume-se que essa necessidade está relacionada à forma como a PAM e os demais documentos foram elaborados. Como pode ser observado abaixo, os objetivos estratégicos e suas respectivas ações são formulados de forma mais abrangente, ao contrário dos objetivos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, classificados na pesquisa de Azzolin e Yannoulas (2016).

Para garantir a compreensão da pesquisa, decidiu-se por analisar os dados por organização do documento internacional. Assim, seguem abaixo os documentos produzidos no âmbito da ONU.

3.1 PAM – 1995

A Plataforma de Ação Mundial foi elaborada visando avaliar os avanços das Conferências sobre as mulheres e propor meios de superação da desigualdade vivenciada pelas mulheres. Ela é organizada em capítulos, sendo que o primeiro capítulo esclarece os objetivos da declaração.

O segundo capítulo expõe o contexto mundial, preocupando-se inclusive com o desenvolvimento, que não garante a distribuição igualitária do crescimento econômico, causando ainda mais desigualdade. Reconhece, assim, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres: “A indigência e a feminização da pobreza, o desemprego, a crescente fragilidade do meio ambiente, a contínua violência contra a mulher e a exclusão generalizada de metade da humanidade das instituições de poder e autoridade” (BRASIL, 2006, p.157).

No terceiro capítulo,

Identificaram-se doze áreas de preocupação prioritária, a saber: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina (BRASIL, 2006, p.157).

No quarto capítulo são especificados os objetivos estratégicos e suas respectivas ações. Assim, essas especificações são feitas para cada área considerada crítica, sendo elas: A mulher e a pobreza; Educação e treinamento da mulher; A mulher e a saúde; Violência contra a mulher; A mulher e o conflito armado; A mulher e a economia; A mulher no poder e na tomada de decisões; Mecanismos institucionais para o avanço da mulher; Os direitos humanos da mulher; A mulher e os meios de comunicação; A mulher e o meio ambiente; A menina. São indicadas também medidas a serem adotadas pelos governos e pelas

organizações nacionais, internacionais, pelos grupos de mulheres e pelas instituições financeiras. As medidas para instituições financeiras – públicas, privadas e/ou estrangeiras – não foram classificadas para fins da elaboração deste TCC, visto que elas não são classificáveis nas categorias de análise utilizadas nessa pesquisa.

A seguir incluímos a Tabela 1, que apresenta os resultados da leitura da PAM à luz das categorias (3, representadas nas linhas da tabela) e dimensões (4, incluídas nas colunas da tabela) escolhidas para análise.

Tabela 1 - Ações da PAM classificadas em NPM, IEG ou ET, dentro de cada dimensão de análise de conteúdo. Pequim, 1995

<i>Categoria</i> <i>/</i> <i>Dimensões</i>	<i>Divisão Sexual</i> <i>do Trabalho</i>	<i>Direitos</i> <i>Sexuais e</i> <i>Reprodutivos</i>	<i>Políticas</i> <i>Públicas de</i> <i>Gênero</i>	<i>Representação</i> <i>das Mulheres</i> <i>no Âmbito</i> <i>Público</i>	<i>Total</i>
NPM	30 (18%)*	13 (8%)	113 (70%)	6 (4%)	162 (42%)
ET	22 (26%)	7 (8%)	48 (56%)	8 (10%)	85 (22%)
IEG	44 (32%)	4 (3%)	69 (50%)	20 (15%)	137 (36%)
Total	96 (25%)	24 (6%)	230 (60%)	34 (9%)	384 (100%)

Fonte: Elaboração própria com base na PAM (BRASIL, 2006)

*As porcentagens foram calculadas em relação a cada categoria.

A tabela 1 demonstra o quantitativo de ações de cada categoria em relação a cada dimensão. Dessa forma, é possível perceber que a maioria das ações da PAM são categorizadas na dimensão Políticas Públicas de Gênero, enquanto a dimensão menos incidente é aquela que retrata Direitos Sexuais e Reprodutivos. Em relação às categorias, aquela mais presente é a de NPM, predominando a preocupação com necessidades cotidianas das mulheres e não com a emancipação destas.

3.2 PAM Beijing+20

O Relatório PAM Beijing+20 (ONU MULHERES, 2014) propõe-se a analisar os avanços e problemas ocorridos desde a PAM, vinte anos depois da promulgação desta. Ele expõe inicialmente uma análise geral das conquistas e desafios de aplicação da PAM. Assim, realiza um estudo de cada área crítica proposta pela plataforma. Destaca-se que alguns pontos apresentados são apenas descrição das situações encontradas e, portanto, não foram considerados para a análise documental.

Em seu segundo momento, Beijing+20 expõe as urgências, os desafios e as recomendações propostas pelo próprio relatório. Assim, foram estabelecidas recomendações específicas para cada área crítica proposta na PAM. Essas recomendações foram analisadas de acordo com a dimensão e classificadas como NPM, IEG ou ET. Os resultados foram sistematizados na Tabela 2.

Tabela 2 - Ações do Relatório Beijing+20 classificadas em NPM, IEG ou ET, dentro de cada dimensão de análise de conteúdo. América Latina, 2014.

<i>Categoria / Dimensão</i>	<i>Divisão Sexual do Trabalho</i>	<i>Direitos Sexuais e Reprodutivos</i>	<i>Políticas Públicas de Gênero</i>	<i>Representação das Mulheres no Âmbito Público</i>	<i>Total</i>
NPM	1 (5%)*	5 (22%)	15 (68%)	1 (5%)	22 (31%)
ET	2 (6%)*	9 (29%)	17 (55%)	3 (10%)	31 (45%)
IEG	7 (41%)	2 (11%)	4 (24%)	4 (24%)	17 (24%)
Total	10	16	36	8	70

Fonte: Elaboração própria com base no Documento Regional de la Sociedad Civil Beijing+20 América Latina y el Caribe (ONU MULHERES, 2014).

*As porcentagens foram calculadas em relação a cada categoria.

Assim, a tabela 2 esclarece as proporções de cada categoria e cada dimensão presentes nas propostas feitas em Beijing+20. Assim, percebe-se a predominância de ações classificadas como ET, não estabelecendo claramente a defesa de NPM ou IEG. Em relação às dimensões, as Políticas Públicas são maioria, com destaque para a menor incidência da Representação das mulheres no âmbito público.

4. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA CEPAL

Os documentos da CEPAL foram elaborados no âmbito das Conferências Regionais sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Assim, torna-se importante estudar a América Latina para compreender as particularidades desses países, em um contexto de emergência da segunda onda no movimento feminista e na incorporação dessas demandas em organismos internacionais, dentre eles a CEPAL.

Desde 1970, a CEPAL incorporou os diálogos sobre as desigualdades entre homens e mulheres (ALMEIDA, 2017). Porém, o enfoque tende a ser em relação a participação das mulheres no desenvolvimento da região, sendo uma expressão do Mulher no Desenvolvimento (MED), cujo objetivo “era alcançar a visibilidade da mulher como categoria nas investigações e nas políticas de desenvolvimento, com o fim de eliminar sua marginalização nos processos de desenvolvimento.” (PEREIRA; RAMBLA, 2010, p.50)

Esse enfoque liberal feminista é criticado pelo feminismo marxista, pois as mulheres fazem parte do processo do desenvolvimento, porém, em uma posição de subordinação, exploração e opressão. Assim, é importante analisar se houve mudanças nos documentos da CEPAL, no âmbito da América Latina, nos vinte anos estudados. Essa análise visa verificar se os documentos expressam a visão liberal feminista da marginalização ou se questiona o modelo de desenvolvimento proposto.

4.1 Consenso de Santiago

Prosseguir-se-á à análise do Consenso de Santiago, produzido na VII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe em 1997 (CEPAL, 1999). Essa conferência foi escolhida para análise visto que foi a primeira Conferência Regional sobre a Mulher no âmbito da CEPAL após a publicação da PAM.

O Consenso retoma a trajetória da incorporação do gênero nas conferências mundiais e no âmbito da CEPAL. Seu objetivo foi “identificar con mayor precisión los obstáculos que dificultan a las mujeres la efectiva práctica de la ciudadanía” (CEPAL, 1999, p.1)⁷. Em seus seis primeiros pontos, o Consenso de Santiago retoma conferências anteriores, e traz suas conclusões sobre estas. No ponto sete (VII), expõe as propostas que foram analisadas na presente pesquisa.

⁷ “identificar com maior precisão os obstáculos que dificultam a efetiva prática da cidadania às mulheres” (tradução livre)

Na Tabela número 3, sistematizamos os dados relativos as ações do Consenso de Santiago, classificando-as em categorias e dimensões de conteúdo.

Tabela 3 - Ações do Consenso de Santiago, classificadas em NPM, IEG ou ET, dentro de cada dimensão de análise de conteúdo. Santiago del Chile, 1997.

<i>Categorias</i>	<i>Divisão Sexual</i>	<i>Direitos</i>	<i>Políticas</i>	<i>Representação</i>	<i>Total</i>
<i>/</i>	<i>do Trabalho</i>	<i>Sexuais e</i>	<i>Públicas de</i>	<i>das Mulheres</i>	
<i>Dimensões</i>		<i>Reprodutivos</i>	<i>Gênero</i>	<i>no Âmbito</i>	
				<i>Público</i>	
NPM	4	2	11	0	17
	(24%)*	(12%)	(64%)		(23%)
ET	4	2	14	2	22
	(18%)	(9%)	(64%)	(9%)	(30%)
IEG	8	2	15	9	34
	(24%)	(6%)	(44%)	(26%)	(47%)
Total	16	6	40	11	73

Fonte: Elaboração própria com base no Consenso de Santiago (CEPAL, 1997)

*As porcentagens foram calculadas em relação a cada categoria.

A tabela 3 nos revela que as ações presentes no Consenso de Santiago são, em sua maioria, classificadas como IEG. Portanto, o documento incorpora uma perspectiva que tende a questionar a subordinação feminina. A maioria das ações classificam-se na dimensão de Políticas Públicas, sendo que os Direitos Sexuais e Reprodutivos estão em menor incidência.

4.2 Consenso de Santo Domingo

O Consenso de Santo Domingo foi produzido no âmbito da XII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (CEPAL, 2014). Realizada em 2013, esta foi a última conferência que ocorreu antes de 2015, período de análise da pesquisa e marco dos vinte anos da PAM.

Em seus primeiros cinco pontos, o Consenso traz ratificações de documentos anteriores. Nos pontos seis a quatorze, traz considerações; e dos pontos quinze a trinta expõe

pressupostos. A partir do ponto trinta, faz recomendações, que se dividem em 6 tópicos, analisados abaixo.

- 1) Igualdade de gênero, empoderamento de mulheres e tecnologias de informação e comunicação;
- 2) Igualdade de gênero e empoderamento econômico das mulheres;
- 3) Igualdade de gênero, saúde sexual e saúde reprodutiva das mulheres;
- 4) Igualdade de gênero e eliminação da violência contra mulheres;
- 5) Igualdade de gênero e empoderamento de mulheres para participação política e tomada de decisões;
- 6) Igualdade de gênero e mecanismos de empoderamento das mulheres.⁸

Na quarta tabela sistematizamos as recomendações propostas no documento. Elas foram classificadas em relação às categorias NPM, ET e IEG, assim como em relação às dimensões de conteúdo.

Tabela 4 - Recomendações do Consenso de Santo Domingo, classificadas em NPM, IEG ou ET, dentro de cada dimensão de análise de conteúdo. Santo Domingo, 2013.

<i>Categorias</i>	<i>Divisão Sexual</i>	<i>Direitos</i>	<i>Políticas</i>	<i>Representação</i>	<i>Total</i>
<i>/</i>	<i>do Trabalho</i>	<i>Sexuais e</i>	<i>Públicas de</i>	<i>das Mulheres</i>	
<i>Dimensões</i>		<i>Reprodutivos</i>	<i>Gênero</i>	<i>no Âmbito</i>	
				<i>Público</i>	
NPM	5 (13%)	12 (31%)	21 (54%)	1 (2%)	39 (34%)
ET	2 (9%)	0 (0%)	17 (74%)	4 (17%)	23 (20%)
IEG	9 (17%)	5 (10%)	31 (60%)	7 (13%)	52 (46%)
Total	16	17	69	12	114

Fonte: Elaboração própria com base no Consenso de Santo Domingo (CEPAL, 2013).

*As porcentagens foram calculadas em relação a cada categoria.

⁸ Tradução livre do Consenso de Santo Domingo (CEPAL, 2013)

A tabela 4 dispõe os quantitativos de cada categoria, tendo os IEG com maior incidência. Em relação às dimensões, a maioria das recomendações são classificadas em Políticas Públicas, sendo que as demais dimensões possuem quantidades com valores semelhantes.

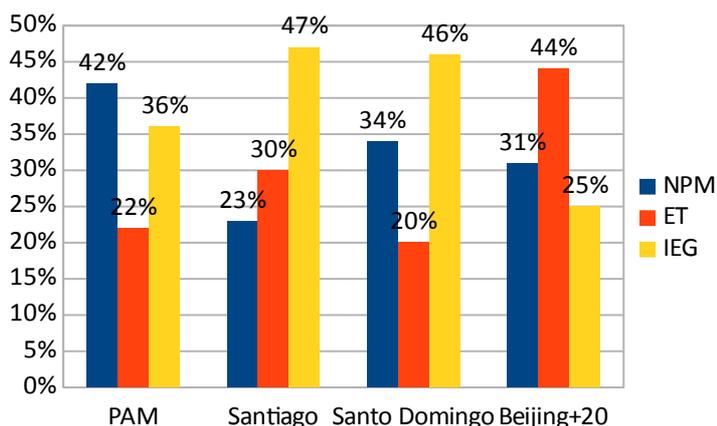
5. COMPARAÇÃO DOS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS: o Universal e o Particular da América Latina.

5.1 Necessidades Práticas das Mulheres e Interesses Estratégicos de Gênero

Conforme as tabelas apresentadas, e as figuras que serão apresentadas a seguir, pode-se comparar os documentos internacionais. Foram analisadas as propostas de ação e suas recomendações, por meio da classificação em NPM, IEG ou ET, assim como em cada dimensão de conteúdo.

A figura 1 demonstra as propostas dos quatro documentos internacionais, classificadas em NPM, ET e IEG. Recorda-se que a apresentação da figura segue a ordem cronológica dos documentos, portanto, pode-se perceber, no tempo, a variação das categorias.

Figura 1 - Classificação das propostas dos documentos internacionais em NPM, IEG e ET.



Fonte: Elaboração própria com base nos documentos internacionais (BRASIL, 2006; ONU MULHERES, 2014; CEPAL, 1997; CEPAL, 2013)

Na PAM, elaborada em 1995, há uma clara predominância das NPM (42%). Em 1997, ano de confecção do Consenso de Santiago, há uma clara diminuição das propostas classificadas como NPM (23%), enquanto nos anos mais recente ela se mantém no patamar dos 31-34%.

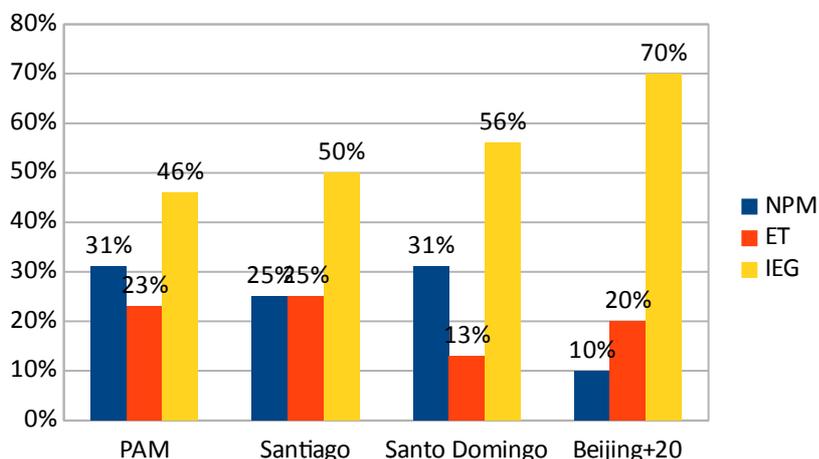
Na categoria ET, pressupõe-se que existem elementos das duas categorias anteriores. Dessa forma, pode-se perceber um aumento dessa categoria, enquanto há uma redução das NPM. As ações classificadas como ET encontram seu ápice no documento mais recente, Beijing+20. Em relação à perspectiva cronológica, nota-se uma redução dos IEG. Por exemplo, no documento mais recente ela está em apenas 25% das propostas.

Por outro lado, ao se considerar a perspectiva da América Latina, percebe-se que, nos documentos da CEPAL (Santiago e Santo Domingo), há uma clara predominância de ações classificadas como IEG. Enquanto, documentos no âmbito ONU, há a predominância de NPM ou ET.

5.2 Divisão Sexual do Trabalho

A Figura 2, abaixo, refere-se especificamente à dimensão de conteúdo “Divisão Sexual do Trabalho”, comparada nos documentos internacionais. Percebe-se que, em todos os documentos, essa dimensão tem como predominância as ações classificadas como IEG. Observando-se a perspectiva cronológica, há um crescimento linear da proporção de IEG.

Figura 2 - Comparação dos documentos internacionais em relação à Divisão Sexual do Trabalho, classificada em NPM, ET e IEG.

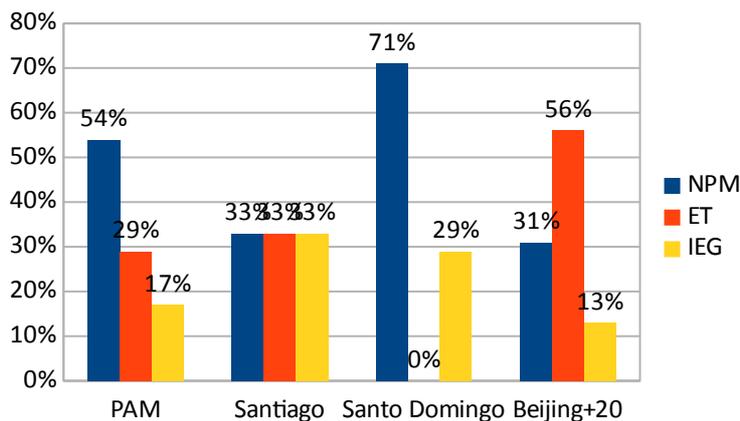


Fonte: Elaboração própria com base nos documentos internacionais (BRASIL, 2006; ONU MULHERES, 2014; CEPAL, 1997; CEPAL, 2013)

5.3 Direitos Sexuais e Reprodutivos

No que tange aos Direitos Sexuais e Reprodutivos das mulheres, que podem ser observados na figura 3, identifica-se uma grande variação entre os documentos. A PAM tem como predominância as NPM (54%), assim como o Consenso de Santo Domingo (71%). Esse, inclusive, não possui ações classificadas como ET. O Consenso de Santiago possui um equilíbrio de propostas, visto que as três possuem 33,3%. Beijing+20 demonstra que 56% das ações estão ET, porém, há um maior percentual de NPM do que IEG.

Figura 3 - Comparação dos documentos internacionais em relação aos Direitos Sexuais e Reprodutivos, classificada em NPM, ET e IEG.

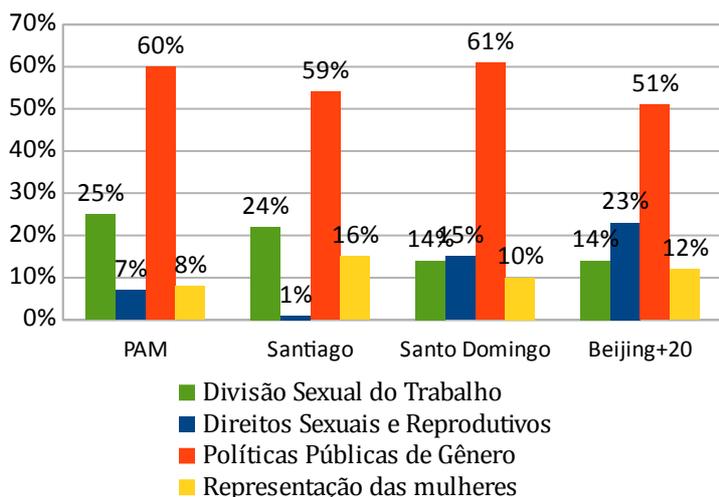


Fonte: Elaboração própria com base nos documentos internacionais (BRASIL, 2006; ONU MULHERES, 2014; CEPAL, 1997; CEPAL, 2013)

Destaca-se na figura número 4, que demonstra a porcentagem de ações de cada dimensão de conteúdo. Nota-se a baixa porcentagem de ações que são classificadas como Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres, com destaque para um aumento significativo entre a PAM e Beijing+20, no qual a dimensão atinge 23% das propostas.

Conclui-se que não há uma tendência identificável em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, sendo ainda um tema pouco explorado e contraditório, mas que deveria ser essencial nas políticas para mulheres.

Figura 4 - Classificação das ações nas categorias de conteúdo em todos os documentos internacionais

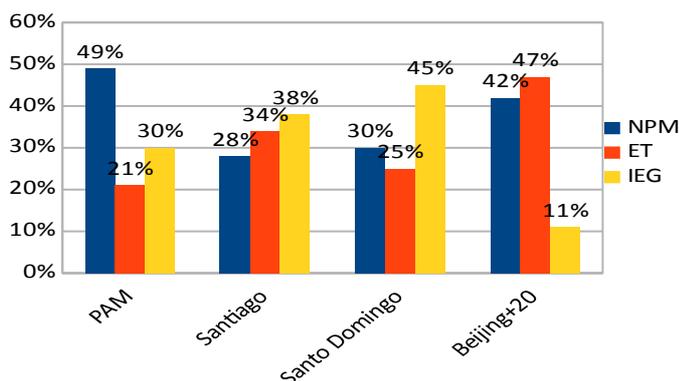


Fonte: Elaboração própria com base nos documentos internacionais (BRASIL, 2006; ONU MULHERES, 2014; CEPAL, 1997; CEPAL, 2013)

5.4 Políticas Públicas de Gênero

A Figura 5, abaixo, retrata a dimensão “Políticas Públicas de Gênero” nos documentos internacionais. Cronologicamente, percebe-se que a PAM estaria mais focada em NPM (49%), enquanto há um crescimento dos IEG em Santiago e Santo Domingo. Em Beijing+20, há uma retomada das ações classificadas como NPM e ET, e uma reduzida presença de IEG. Em relação à perspectiva territorial, da América Latina, vê-se que os documentos da CEPAL possuem visões mais emancipadoras do que as visões presentes.

Figura 5 - Comparação dos documentos internacionais em relação às Políticas Públicas de Gênero, classificada em NPM, ET e IEG

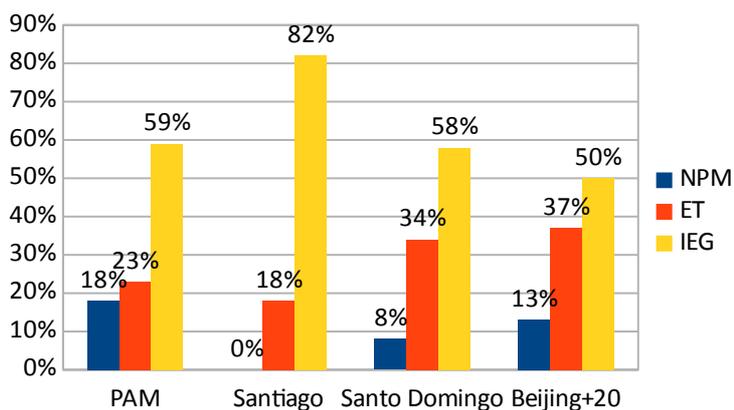


Fonte: Elaboração própria com base nos documentos internacionais (BRASIL, 2006; ONU MULHERES, 2014; CEPAL, 1997; CEPAL, 2013)

5.5 Representação das Mulheres no Âmbito Público

Em relação à representação das mulheres no âmbito público, verifica-se, na figura 6, a predominância de ações classificadas como IEG. Destaca-se o Consenso de Santiago, em que não há nenhuma ação de NPM, e 82% das ações são IEG.

Figura 6 - Comparação dos documentos internacionais em relação à Representação das Mulheres no Âmbito Público, classificada em NPM, ET e IEG.



Fonte: Elaboração própria com base nos documentos internacionais (BRASIL, 2006; ONU MULHERES, 2014; CEPAL, 1997; CEPAL, 2013)

5.6 Resultados da comparação dos documentos internacionais

Ao analisar a PAM, através das dimensões de análise utilizadas nesse trabalho, conclui-se que as políticas públicas propostas nas ações podem ser compreendidas, em sua maioria, como políticas familistas e que não visam a emancipação de gênero, visto que 49% das propostas são classificadas como NPM. Nesse mesmo documento, percebe-se que, nas propostas referentes à divisão sexual do trabalho, há uma maior incidência de ações que objetivam a superação da subordinação das mulheres, pois 46% das ações foram classificadas como IEG.

Em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, há uma maior incidência de medidas que não procuram garantir a emancipação sexual e reprodutiva, pois 54% das ações foram classificadas como NPM. A última dimensão avalia a representação e o espaço das mulheres no âmbito público e as propostas foram majoritariamente classificadas como ações que visam garantir esse espaço e a representação de gênero, devido a classificação de 59% das ações como IEG.

O Consenso de Santiago, primeiro informe elaborado após a publicação da PAM, pode ser classificado como um documento com ações que tendem à emancipação feminina (47% são IEG e 30% estão ET, apenas 23% são NPM). Em relação a cada dimensão de análise de conteúdo, as políticas relacionadas à divisão sexual do trabalho tendem para a emancipação, acompanhando a propensão do documento. Os direitos sexuais e reprodutivos empatam nas três categorias, permanecendo indistinto em relação às necessidades das mulheres. As políticas públicas, contrariando a tendência geral, podem ser classificadas como focalizadas nas necessidades práticas e cotidianas das mulheres. A representação feminina é destaque, visto que 82% das suas propostas são IEG, claramente visando o fim da subordinação.

O Consenso de Santo Domingo, resultado da última reunião antes do fim do período estudado, permanece com a maioria das ações visando à emancipação das mulheres, porém houve um aumento nas ações que atendem apenas as NPM. Assim, há um certo retrocesso, ao se comparar com o conjunto das ações propostas no Consenso de Santiago. Na categoria sobre a “Divisão Sexual do Trabalho”, as ações são majoritariamente IEG, permanecendo a tendência do documento anterior. Em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, as ações compreendidas como NPM se sobressaem drasticamente (71%), percebendo que há um retrocesso. Ao contrário do documento anterior, as políticas públicas estão, em sua maioria, como IEG, assim como a dimensão sobre “Representações das Mulheres no Âmbito

Público”. Há, porém, nessa última, uma diminuição das ações IEG e um aumento das NPM, caracterizando também o retrocesso.

Vinte anos após a elaboração da PAM, no Relatório de Beijing+20, as propostas permanecem em sua maioria na dimensão “Políticas Públicas de Gênero”. Estas mantêm um viés familista, destacando-se a redução das políticas de gênero e um aumento significativo de propostas que não se classificam claramente em nenhuma dessas bases, e estão em uma posição intermediária (ET). Em relação à divisão sexual do trabalho, as ações reiteram ainda mais a perspectiva de superação da subordinação e de garantia de emancipação para as mulheres. Em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, há uma expressiva alteração, visto que há uma redução das propostas que não visam garantir a emancipação sexual e reprodutiva. Ainda assim, as propostas que claramente defendem essa emancipação também reduziram-se, produzindo um aumento de propostas de viés intermediário. Por fim, a dimensão da representação mantém a maioria das ações como aquelas que visam garantir espaço para as mulheres, ocasionando ainda uma redução das ações contrárias a esse espaço e à representação.

Os quatro documentos internacionais estudados permitem realizar a genealogia das categorias criadas por Molyneux, por meio de uma comparação cronológica. Em relação à Divisão Sexual do Trabalho, há o aumento de políticas que visam emancipar as mulheres, chegando a 70% de IEG em Beijing+20. Em relação aos Direitos Sexuais e Reprodutivos, não se verifica uma tendência identificável em relação às categorias de Molyneux. Ele foi pouco explorado em todos os documentos, sendo em Beijing+20 a sua maior expressividade (23%). Portanto, é ainda um tema menosprezado e contraditório, mas que deveria ser essencial nas políticas para mulheres.

As Políticas Públicas compõem a maior parte das propostas em todos os documentos. E sua variação durante esses vinte anos demonstra que elas não visam apenas atender as necessidades imediatas e cotidianas das mulheres, como era a tendência em 1995, e sim, possuem um viés intermediário em Beijing+20, tendo a maioria das ações na CEPAL sido classificadas como emancipatórias. As ações de Representatividade das mulheres compõem um baixo percentual no total de propostas. Porém, em todos os documentos, tendem a propor ações que visam a emancipação feminina.

Assim, conclui-se que, em termos do local de produção dos documentos internacionais, os documentos da ONU (PAM e Beijing+20) tendem a possuir porcentagens maiores de ações

classificadas como NPM, enquanto os documentos da CEPAL, que são mais delimitados ou restritos territorialmente, propõem mais ações classificadas como IEG.

5.7. Aplicação do Teste Qui-Quadrado

Conforme explicitado na metodologia, foi utilizado o teste de hipóteses Qui-quadrado para avaliar a relação entre as variáveis presentes na pesquisa. Assim, as variáveis foram divididas em dois grupos: o primeiro grupo de variáveis constitui-se pelas categorias de necessidades/interesses das mulheres (NPM, ET, IEG). O outro grupo de variáveis constitui-se dos diferentes documentos analisados (PAM, Consenso de Santiago, Consenso de Santo Domingo e Beijing+20).

Portanto, para realizar o teste qui-quadrado, foi necessário estabelecer, em primeiro lugar, as hipóteses a serem testadas. A hipótese de nulidade prevê que há independência entre as variáveis, e foi enunciada como: ‘a frequência de cada categoria de necessidades/interesses independe do documento analisado’. A hipótese alternativa, contrariando a hipótese nula, prevê a existência de dependência entre as variáveis. Portanto, prevê que ‘a frequência de cada categoria de necessidades/interesses depende do documento analisado.’

Prosseguiu-se para o cálculo do qui-quadrado. Para isso, foi necessário estabelecer os valores encontrados de cada tipo de variável em relação às demais, após a análise de dados da pesquisa. Esses valores podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 5- Valores encontrados das variáveis NPM, ET, IEG em cada documento internacional analisado.

<i>Documentos</i>				
<i>/</i>	<i>NPM</i>	<i>ET</i>	<i>IEG</i>	<i>Total</i>
<i>Categorias</i>				
PAM	162	85	137	384
Consenso Santiago	17	22	34	73
Consenso Santo Domingo	39	23	52	114
Beijing+20	22	31	17	70
<i>Total</i>	240	161	240	641

Fonte: elaboração própria com base em BRASIL, 2006; ONU MULHERES, 2014; CEPAL, 1997; CEPAL, 2013

Para aplicar o teste de qui-quadrado é necessária a elaboração de uma tabela que contenha os valores esperados (tabela de contingência) para a hipótese nula. Segue abaixo a tabela que reflete esses dados.

Tabela 6- Valores esperados das variáveis NPM, ET e IEG em cada documento internacional analisado.

<i>Documentos</i>				
/	<i>NPM</i>	<i>ET</i>	<i>IEG</i>	<i>Total</i>
<i>Categorias</i>				
PAM	144	96	144	384
Consenso Santiago	27	18	27	73
Consenso Santo Domingo	43	29	43	114
Beijing+20	26	18	26	70
<i>Total</i>	240	161	240	641

Fonte: elaboração própria com base em BRASIL, 2006; ONU MULHERES, 2014; CEPAL, 1997; CEPAL, 2013

A fórmula do teste qui-quadrado, $\chi^2 = \sum \left(\frac{(O_n - E_n)^2}{E_n} \right)$, compreende, portanto, o somatório do quadrado dos valores observados (O), que estão na tabela 5, menos os valores esperados (E), que estão na tabela 6, divididos pelos valores esperados (E). Ao se realizar esse somatório, obteve-se como valor de $\chi^2 = 27,865$. Para se compreender o significado desse valor, faz necessário apresentar os graus de liberdade.

Tendo em vista que são 3 variáveis nas colunas e 4 variáveis nas linhas, o grau de liberdade calculado para a presente pesquisa é 6, pois o cálculo é $gl = (m-1) \times (n-1)$, em que m o número de colunas e n o número de linhas. No Anexo 2, encontra-se a tabela de valores críticos com base no grau de liberdade usada como referência para esse teste.

Assim, ao se observar a tabela, percebe-se que, para o grau de liberdade 6, o χ^2 igual a 27,865 evidencia uma forte correlação entre as variáveis. Ou seja, é possível eliminar a hipótese nula de independência das variáveis, e aceita-se que as variáveis são dependentes numa proporção de 99,9%.

Esse resultado do teste qui-quadrado valida a relação entre as categorias de necessidades/interesses e os documentos analisados. Ao se analisar as tabelas de resultados encontrados e esperados, é possível verificar que na PAM há uma maior incidência de NPM, no Consenso de Santiago há predominância de IEG; no Consenso de Santo Domingo há maior incidência de IEG e, por fim, em Beijing+20 predomina a categoria ET. Esse resultado corrobora a análise de comparação entre os documentos feita no item anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou analisar as ações e propostas presentes nos documentos internacionais PAM, Consenso de Santiago, Consenso de Santo Domingo e de Beijing+20, para investigar a questão de partida a que se propunha: As categorias NPM e IEG são historicamente mutáveis ou permanecem estáveis? Além disso, objetivava-se compreender quais fatores influenciaram na mutabilidade ou na constância dessas classificações.

A hipótese proposta foi de que haveria variação da utilização das categorias no período avaliado (1995-2015). Esperava-se que houvesse uma maior afirmação da categoria IEG, visando à emancipação das mulheres nos documentos mais recentes, em comparação com os documentos mais antigos.

Tinha-se como objetivo a análise da PAM e seus rebatimentos na CEPAL e em Beijing+20, o que foi realizado com esmero. Ao realizar a classificação das propostas dos documentos, considerou-se que os organismos internacionais possuem contradição, visto que assumem uma posição historicamente e socialmente determinadas por estarem inseridos, e não questionarem, na sociedade patriarcal e capitalista.

O outro objetivo era identificar a categoria mais relevante dentro das estratégias e ações propostas por organismos internacionais para as mulheres, considerando os recortes temporal (1995-2015) e as particularidades da América Latina. O emprego dos estudos comparados nessa pesquisa visou permitir reconhecer a especificidade de cada documento estudado, mas também compreender as relações entre os documentos e as políticas para mulheres presentes em cada um deles.

A contribuição para o fortalecimento dos estudos de gênero no Serviço Social e, em especial, na formulação de políticas sociais também era um objetivo da pesquisa. Ressalta-se que o termo política para mulheres é empregado de forma distinta de políticas de gênero. Assim, as políticas para mulheres possuem as mulheres como foco/objeto, sem questionar os papéis impostos socialmente; enquanto as políticas de gênero contribuem para o questionamento da subordinação das mulheres, da sociedade patriarcal, da divisão sexual do trabalho, do poder e do controle.

É importante a compreensão da percepção dos documentos internacionais sobre as necessidades e interesses das mulheres, tendo em vista que eles influenciam a formulação de

políticas públicas nacionais dos países-membros. Assim, a pesquisa contribuiu com a compreensão da elaboração das políticas para as mulheres no âmbito internacional, certamente rebatendo em políticas sociais nacionais que são meios de trabalho dos assistentes sociais. Além disso, entender a forma como essas políticas se alteraram no decorrer do tempo pode auxiliar na formulação de novas políticas que fortaleçam a possibilidade de emancipação.

Inicialmente, essas ações foram classificadas em relação às categorias elaboradas por Molyneux (NPM e IEG). Percebeu-se, porém, a necessidade de criação de uma categoria intermediária, denominada “Em transição” (ET), para captar a fluidez entre os dois polos mencionados. Além dessa nova categoria, foram selecionadas quatro dimensões para avaliar o conteúdo das ações: Divisão Sexual do Trabalho; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Políticas Públicas de Gênero; Representação das Mulheres no Âmbito Público.

Conforme os resultados apresentados no capítulo anterior, é possível determinar algumas conclusões. Ao se avaliar apenas as categorias NPM, IEG e ET, verifica-se uma tendência ao questionamento da subordinação das mulheres no decorrer dos anos. A PAM (1995) possui ações classificadas como NPM em sua maioria. No Consenso de Santiago, as ações predominantes são IEG, assim como em Santo Domingo. Por fim, no documento mais recente, Beijing+20, percebe-se uma tendência a propostas intermediárias, que não tendem, claramente, às perspectivas de NPM ou IEG. Esse documento mostra que, as propostas recomendadas 20 anos após a PAM valorizam ações classificadas como ET.

Percebe-se que a hipótese foi parcialmente confirmada, pois em termos cronológicos, não há uma predominância de ações emancipatórias, como se imaginava. Porém, claramente, existem particularidades em relação às propostas da ONU e da CEPAL, visto que os documentos latino-americanos possuem, em sua maioria, ações que defendem interesses estratégicos de gênero.

Retomando a visão de Anderson (1992), ela afirma que as categorias de Molyneux falharam ao não conseguir “capturar la naturaleza cambiante, diversa, conflictiva y, también afectiva y emocional de las múltiples experiencias de las mujeres en América Latina”⁹ (ANDERSON, 1992, p.1). Porém, ao se estabelecer a categoria “Em transição”, alcança-se a fluidez defendida pela autora, visando garantir e valorizar as múltiplas experiências das mulheres. Como foi afirmado, as categorias não podem ser utilizadas como fórmulas

⁹“capturar a natureza flexível, diversa, conflitiva e também afetiva e emocional das múltiplas experiências das mulheres da América Latina” (tradução livre)

mágicas para encaixar determinadas políticas públicas. Elas devem ser flexíveis, possibilitando abarcar diversos interesses, contextos e vivências das mulheres.

Compreender a formulação de políticas para as mulheres no âmbito dos documentos internacionais é pertinente para o Serviço Social, visto que as políticas sociais são “desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento [...] às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, p.51). Tem-se claro que essas políticas não são a solução para a desigualdade, tampouco que sua formulação e execução ocorrem sem conflitos de interesses. A formulação e a execução das políticas estão inseridas no contexto de luta de classes, de gênero e de raça, e assim devem ser entendidas.

A importância de usar as categorias NPM e IEG em consonância com as políticas para as mulheres não se resume a essa pesquisa, e pode ser estendida para exemplos concretos executados pelas outras integrantes do Projeto “Políticas em Movimento e Saberes Situados – Desafios Práticos e interesses estratégicos das mulheres no Capitalismo (1995-2015)”. Azzolin (2016) utilizou as categorias NPM e IEG para analisar os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres no âmbito da inserção das mulheres no mercado de trabalho; Silva (2016) também aplicou as categorias ao analisar mulheres jovens que nem trabalham, nem estudam de periferias do Distrito Federal. Assim, a utilização dessas categorias em conjunto com a compreensão da inserção da política social no âmbito da luta de classes no capitalismo demonstra a pertinência da presente pesquisa para o Serviço Social. Amplia-se o estudo das políticas sociais no âmbito dos organismos internacionais, com o recorte dos Estudos de Gênero.

A análise proposta, portanto, permite compreender que o conflito de interesses abarca também a formulação de documentos internacionais no âmbito das necessidades e interesses de mulheres. Assim, ações que propõem a emancipação da mulher (IEG) são percebidas mais no âmbito da CEPAL, assim como está mais presente em Beijing+20 do que na PAM. Retrocessos são percebidos, pois há pouca presença de propostas no âmbito dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e da Representatividade no âmbito público. Ainda assim, nessa última, percebe-se uma alteração tendendo para políticas emancipatórias.

Destaca-se que é importante que ambos os tipos de necessidades sejam preenchidos, visto que muitas mulheres realmente precisam das políticas classificadas como NPM; porém,

almeja-se que essa discussão contribua para irmos além das necessidades práticas, alcançando a emancipação.

Ao se focar em parte dos resultados expostos anteriormente, percebe-se que, em todos os documentos analisados, as ações e propostas são classificadas em sua maioria na dimensão de Políticas Públicas. Imagina-se que isso ocorra pois é um campo no qual há maior facilidade de negociação. A dimensão com menor incidência é de Direitos Sexuais e Reprodutivos, portanto, percebe-se que esse campo, provavelmente, possui mais conflitos de interesses. Portanto, incentiva-se o desenvolvimento de novas pesquisas visando analisar a discrepância entre essas dimensões de conteúdo, inclusive podendo-se relacioná-las ao contexto político atual. Existiria alguma relação entre a pouca ousadia em tratar dos direitos sexuais e reprodutivos e a onda de contrarreforma vivenciada politicamente no mundo?

Espera-se que novas investigações possam ser desenvolvidas no sentido de ampliar a utilização das categorias criadas por Molyneux. Especificamente, propõe-se a investigação de documentos de organismos internacionais mais recentes e o impacto desses documentos nas políticas sociais em países da América Latina, especialmente o Brasil. Incentiva-se, também, o desenvolvimento de pesquisas a fim de se investigar a aplicação da categoria “Em Transição” em outras situações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Sophia Cunha. *Roda de Conversa sobre Necessidades Práticas e Interesses Estratégicos com a profa. Gisela Zaremborg*. Revistas Feminismos, Vol.5, N. 1. p.133-136, Jan- Abr. 2017. Disponível em: <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/429/258>

AFONSO, Sophia C. *Necessidades práticas das mulheres e interesses estratégicos de gênero: uma análise documental feminista das propostas dos organismos internacionais*. 24 p. (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC). 2018. Trabalho não publicado.

ALMEIDA, Janaiky Pereira. *Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina*. 2017. 262 p. Tese (Doutorado em Política Social) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/23974>> Acesso em 16 Set 2018

ALVAREZ, Sonia. *Feminismos Latinoamericanos*. Revista de Estudos Feministas. v. 6, n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1998. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008>>. Acesso em 18 Jul 2019

ALVAREZ, Sonia et al. *Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos*. Rev. Estudos Femistas, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541-575, Dec. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Jul 2019.

ANDERSON, Jeanine. *Intereses o Justicia. Adónde va la discusión sobre la mujer y el desarrollo?* In: Entre Mujeres. Perú, páginas 7-46, 1992.

AZZOLIN, Agatha Marina, YANNOULAS, Silvia Cristina. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: Necessidades práticas ou Interesses estratégicos?* Rev. Feminismos. Vol.4, N.1, pp. 14-25, Jan - Abr, 2016. Disponível em: <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/359/195>

BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tania Mara. *Políticas Públicas de Gênero*. In: Dicionário Feminino da Infância. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

BANDEIRA, Lourdes; VASCONCELOS, Marcia. *Equidade de Gênero e Políticas Públicas: Reflexões iniciais*. Brasília: AGENDE, v.3, 2002.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 1977.

BENATTI, Lucimara Perpétua dos Santos. *Professor work in times of capital globalization a study in the Social Work: micro-region of São José do Rio Preto-ABEPSS South II - 2012/2014*. 2014. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17683> Acesso em: 16 Set 2018.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*: 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm

BRASIL. Presidência Da República. *Secretaria Especial De Políticas Para As Mulheres*. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995. In: Instrumentos Internacionais de Direitos Das Mulheres, Brasília, 2006. p.148-258. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2006/inst-int.pdf>

BRASIL, Lei nº 12.317, de 28 de Agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm

CARLOTO, Cássia Maria; LISBOA, Teresa Kleba. *Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social*. Revista Gênero, Niterói, V. 13, n. 1, p. 09-13, 2012.

CAROSIO, Alba (coord.). *Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe*. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2012. Disponível em <<http://kolectivoporoto.cl/wp-content/uploads/2015/11/Varios-Feminismo-Y-Cambio-Social-En-America-Latina-Y-El-Caribe.pdf>> Acesso em 18 Jul 2019

CARRARO, Dilceane. *As Categorias Da Política De Assistência Social Na América Latina: Concepções ídeo-teóricas e Proteção Social*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6626> Acesso: 16 set 2018

CELIS, Karen et al. Rethinking Women's Substantive Representation. *Representation*, Vol. 44, N. 2, pp.99-110. Disponível em

<<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00344890802079573>> Acesso em 09 Abril 2019

CELLARD, André. *A análise documental*. In: POUPART, Jean et Al. *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008, páginas 295-316.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993

CNS. Resolução nº 510, de 07 de Abril de 2016.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). *Consenso de Santiago*.

Dezembro, 1999. Disponível em:

https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/ddr8econsenso_de_santiago_0.pdf

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). *Consenso de Santo*

Domingo. Outubro, 2013 Disponível em:

https://www.cepal.org/12conferenciamujer/noticias/paginas/6/49916/PLE_Consenso_de_Santo_Domingo.pdf

CORREA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. *Direitos Sexuais e Reprodutivos: Uma perspectiva feminista*. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 6(1\2), 1996, p.147-177.

COSTA, Micaela Alves Rocha da. *Feminismo, gênero e serviço social: avanços, contradições e rebatimentos na formação profissional*. 2017. 183f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24582>. Acesso: 16 Set 2018.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DO RÊGO BARROS, E.; SILVA, R. Emancipação humana, Direitos humanos e Política social: dilemas e consensos na agenda marxista e no Serviço Social. *SER Social*, v. 17, n. 37, p. 326-347, 1 jun. 2016. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13435

FRASER, Nancy. *A luta pelas necessidades: Esboço de uma teoria crítica socialista-feminista da cultura política do capitalismo tardio*. *Debate Feminista*, México, p. 105-141, 1999.

- _____. *Scales of Justice – Remaining Political Space in a Globalizing World*. Columbia University Press, New York, 2010.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e Ousadia: O cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- HEILBORN, Maria Luiza; ARAUJO, Leila; BARRETO, Andreia (org.). *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – módulo II*. Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010
- HERZ, Monica; HOFFMAN, Andrea. *Organizações Internacionais: histórias e práticas*. Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. *Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007
- HORTA NETO, João Luiz. *As avaliações externas e seus efeitos sobre as políticas educacionais: uma análise comparada entre a União e os Estados de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- KERGOAT, Daniele. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.
- LEMOS, Adriana. *Direitos sexuais e reprodutivos: percepção dos profissionais da atenção primária em saúde*. Saúde Debate, v.38, n.101, p.244-253, abr/jun 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38n101/0103-1104-sdeb-38-101-0244.pdf>> Acesso em: 04 Abril 2019
- LIMA, Joseane Barbosa de. *As Orientações Dos Organismos Financeiros Internacionais à Política De Saúde Brasileira No Contexto Da Financeirização Do Capital*. Universidade Federal de Alagoas, 2011. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo1/as-orientacoes-do-banco-mundial-a-politica-de-saude-brasileira-fundamentos-financiamentos-e-as-tendencias-da-contrarreforma-na-saude.pdf>> Acesso em: Set/2018
- LIMA, Telma C. S. de; MIOTO, Regina C. T. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. Katálysis Número Especial: Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. Florianópolis , v. 10,n. Spe, 2007, p. 37-45.

MIGRAIRE, Luiza Lustosa. *O ABORTO E SEUS CONTEXTOS: Uma comparação entre Brasil e Cuba*. 2017. 48fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília/DF.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRANDA, Marina; YANNOULAS, Silvia Cristina. *Vagones para Mujeres: Una separación que protege?*. Revista Cuestión Urbana, Número 2, 2017. Disponível em: [.<http://cec.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/15/2017/10/06_Miranda.pdf >](http://cec.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/15/2017/10/06_Miranda.pdf)
Acesso em: Fev/2018

MOLYNEUX, Maxime. *Mobilisation without Emancipation? Women's Interests, the State and Revolution in Nicaragua*. Feminist Studies, Vol. 11, No. 02, p. 227-254, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3177922>

MOLYNEUX, Maxime. *Analysing Women's Movements*. In: *Development and Change*, vol. 29, no. 2, 1998.

MOSER, Caroline O.N. *Gender Planning and Development*. London: Routledge, 1993.

OLIVEIRA, D.C. *Análise de Conteúdo Temático- Categorical: Uma proposta de sistematização*. *Rev. Enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, 2008 out/ dez; 16(4):569-76.

OLIVEIRA, E.; ENS, R.; ANDRADE, D.; MUSSIS, C.R., *Análise de Conteúdo e Pesquisa na área de educação*. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 4, n.9, p.11-27, maio/ago. 2003 .

ONU MULHERES. *Documento Regional de la Sociedad Civil Beijing+20 América Latina y el Caribe*. Novembro, 2014. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/NGO-CSW-LAC-Beijing20-ES.pdf>. Acesso em Fev/2018.

ONU MULHERES. *Conferências Mundiais da Mulher*. Disponível em [<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/ >](http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/) Acesso em 12 Abril 2019.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; RAMBLA, Francesc Xavier. *Pensamento econômico feminista sobre desenvolvimento: breve viagem através do tempo*. In: *Revista Políticas Públicas*. São Luís, v.14, n.1, p. 47-57, jan./jun. 2010.

PINTO, C. R. PARADOXOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NO BRASIL. Revista USP, n. 49, p. 98-112, 30 maio 2001. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32910> Acesso em 09 Abril 2019

PRONKO, Marcela Alejandra. *A comparação como ferramenta de conhecimento e os processos de integração supranacional: desafio para as Ciências Sociais*. In: Ayrton Fausto; Marcela Pronko; Silvia Yannoulas. (Org.). Políticas Públicas de Trabalho e Renda na América Latina e no Caribe. 1ed. Brasília: Abaré - FLACSO/Brasil, 2003, v. 1, p. 573-594.

RODRÍGUEZ, Margarita. *Pesquisa social: contribuições do método materialista histórico-dialético*. In: CUNHA, C. SOUZA, J. SILVA, M. (Orgs.). O Método Dialético Na Pesquisa Em Educação. São Paulo: Autores Associados, 2014.

SALES, Rafaela de Paula. *O serviço social no Mercosul: questões comuns e desafio à formação profissional*. 2015. 65 f., il. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11981/1/2015_RafaeladePaulaSales.pdf Acesso: 16 set 2018

SALVADOR, A. D. Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SIEGEL, Sidney. Estatística na-paramétrica – para ciência do comportamento. São Paulo: Editora McGraw-Hill, 1975

SILVA, Ismália Afonso. *Percepções e Resistências sobre Desigualdade de Gênero e Raça na Trajetória Laboral e Escolar das Mulheres Jovens da Periferia do Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - PRIGEPP). Buenos Aires, FLACSO, 2016.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão de literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

STEIN, Laura G.; OREAMUNO, Gilda P. La IV Conferencia Mundial sobre la Mujer – Interrogantes, nudos y desafíos sobre el adelanto de las mujeres en un contexto de cambio en Estudios Básicos de Derechos Humanos IV. San José de Costa Rica: CIDH, 1996. Disponível em <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/a12068.pdf>> Acesso em 18 Jul 2019

STERNBACH, Nancy Saporta et al. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 255, jan. 1994. ISSN

1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16213>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

TEIXEIRA, Marlene. Equidade de gênero e transferência de renda – As políticas de enfrentamento à pobreza e o cotidiano das mulheres. *Iberoamericana*, v. 40, p. 194-199, 2010. Disponível em: <<https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/download/683/366>> Acesso em: 09 Abril 2019

TONET, Ivo. Qual política social para qual emancipação?. *SER Social*, v. 17, n. 37, p. 279-295, 1 jun. 2016. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13432> Acesso em: 04 Abril 2019

VARGAS, Virginia. Constructing New Democratic Paradigms for Global Democracy: THE CONTRIBUTION OF FEMINISMS. In: LEBON, Nathalie; ALVAREZ, Sonia. *Women's Activism in Latin America and the Caribbean: Engendering Social Justice, Democratizing Citizenship*. p. 319-34. Rutgers University Press, 2010. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/j.ctt5hj2ph.25>>. Acesso em 18 Jul 2019

XAVIER, Elaine. *A Inserção Das Mulheres Nas Carreiras Da Gestão Governamental: Divisão Sexual Do Trabalho E Análise Da Política Social – Trabalho*. Projeto de Pesquisa de Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

YANNOULAS, Silvia C.; SILVA, Ismália A. *Necessidades Práticas Das Mulheres x Interesses Estratégicos Feministas (de Gênero): Revisitando a Polêmica*. *Revista Feminismos*, V. 5, n. 2 e 3, Maio 2017.

YANNOULAS, Silvia Cristina (coord.). *Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

YANNOULAS, Silvia C.; VALLEJOS Adriana a.; LENARDUZZI, Zulma V. *Feminismo e academia*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, V. 81, n. 199, p. 425-451, set/dez 2000.

YOUNG, Kate. *Reflexiones sobre cómo enfrentar las necesidades de las mujeres*. In: GUZMAN, Virginia et al. (comps). *Una nueva lectura: género em el desarrollo*. Lima, Ed. Entre Mujeres, Flora Tristán, páginas 15-54, 1992.

ZAREMBERG, Gisela. *Género versus pueblo?: movilización, cooptación y participación em Venezuela, Brasil y Nicargua*. Latin American Research Review, Volume 51, Number 1, 2016 pp. 84-108. Disponible em: <https://muse.jhu.edu/article/617802>

ANEXOS

Anexo 1. Quadro das Dimensões de análise de conteúdo

Quadro 1 - Dimensões de Análise de Conteúdo, sistematizadas com base nos estudos de gênero e aplicadas às ações dos documentos internacionais analisados.

Dimensões	Compreensão da dimensão
1. Divisão Sexual do Trabalho	Se a proposta visa à superação da subordinação característica da Divisão Sexual do Trabalho , é classificada como interesse estratégico. Se a proposta visar à manutenção da tradicional divisão sexual do trabalho, não questionando a subordinação, a ação é classificada como necessidades práticas.
2. Direitos Sexuais e Reprodutivos	Nesse âmbito, ações e objetivos que procurem a emancipação sexual e reprodutiva das mulheres são classificados como interesses estratégicos. As ações que tratem apenas de necessidades cotidianas dentro dos direitos sexuais e reprodutivos, sem tensionar a subordinação, são classificadas como necessidades práticas.
3. Políticas Públicas de Gênero	As políticas públicas de caráter familista , cujo objetivo é atender necessidades cotidianas e reforçar o papel das mulheres como subordinadas dentro da estrutura familiar, são classificadas como necessidades práticas. Por outro lado, políticas públicas de gênero , tendo em vista a emancipação das mulheres de seu papel submisso, são, portanto, classificadas como interesses estratégicos
4. Representação das Mulheres no Âmbito Público	Caso a ação vise garantir espaço em âmbito público, também em espaços deliberativos, e representação de gênero , é classificada como interesse estratégico. As ações classificadas como necessidades práticas propõem apenas espaços para mulheres sem considerar as desigualdades de gênero a serem enfrentadas no âmbito público.

Fonte: Elaboração própria com base em HIRATA, KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2009; CORREA, PETCHESKY, 1996; BRASIL, 2006; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015; BANDEIRA, VASCONCELOS, 2002; TEIXEIRA, 2010; Fraser, 2010; MIGUEL, 2015.

Anexo 2. Tabela de Valores Críticos do Teste de Qui-Quadrado

Tabela 7- Tabela de valores críticos do χ^2 com base no grau de liberdade. Pensylvania, 1956.

gl	Probabilidade, sob H_0 , de $\chi^2 \geq$ qui-quadrado													
	0,99	0,98	0,95	0,90	0,80	0,70	0,50	0,30	0,20	0,10	0,05	0,02	0,01	0,001
1	0,00016	0,00063	0,0039	0,016	0,064	0,15	0,46	1,07	1,64	2,71	3,84	5,41	6,64	10,83
2	0,02	0,04	0,10	0,21	0,45	0,71	1,39	2,41	3,22	4,60	5,99	7,82	9,21	13,82
3	0,12	0,18	0,35	0,58	1,00	1,42	2,37	3,66	4,64	6,25	7,82	9,84	11,34	16,27
4	0,30	0,43	0,71	1,06	1,65	2,20	3,36	4,88	5,99	7,78	9,49	11,67	13,28	18,46
5	0,55	0,75	1,14	1,61	2,34	3,00	4,35	6,06	7,29	9,24	11,07	13,39	15,09	20,52
6	0,87	1,13	1,64	2,20	3,07	3,83	5,35	7,23	8,56	10,64	12,59	15,03	16,81	22,46
7	1,24	1,56	2,17	2,83	3,82	4,67	6,35	8,38	9,80	12,02	14,07	16,62	18,48	24,32
8	1,65	2,03	2,73	3,49	4,59	5,53	7,34	9,52	11,03	13,36	15,51	18,17	20,09	26,12
9	2,09	2,53	3,32	4,17	5,38	6,39	8,34	10,66	12,24	14,68	16,92	19,68	21,67	27,88
10	2,56	3,06	3,94	4,86	6,18	7,27	9,34	11,78	13,44	15,99	18,31	21,16	23,21	29,59
11	3,05	3,61	4,58	5,58	6,99	8,15	10,34	12,90	14,63	17,28	19,68	22,62	24,72	31,26
12	3,57	4,18	5,23	6,30	7,81	9,03	11,34	14,01	15,81	18,55	21,03	24,05	26,22	32,91
13	4,11	4,76	5,89	7,04	8,63	9,93	12,34	15,12	16,98	19,81	22,36	25,47	27,69	34,53
14	4,66	5,37	6,57	7,79	9,47	10,82	13,34	16,22	18,15	21,06	23,68	26,87	29,14	36,12
15	5,23	5,98	7,26	8,55	10,31	11,72	14,34	17,32	19,31	22,31	25,00	28,26	30,58	37,70
16	5,81	6,61	7,96	9,31	11,15	12,62	15,34	18,42	20,46	23,54	26,30	29,63	32,00	39,29
17	6,41	7,26	8,67	10,08	12,00	13,53	16,34	19,51	21,62	24,77	27,59	31,00	33,41	40,75
18	7,02	7,91	9,39	10,86	12,86	14,44	17,34	20,60	22,76	25,99	28,87	32,35	34,80	42,31
19	7,63	8,57	10,12	11,65	13,72	15,35	18,34	21,69	23,90	27,20	30,14	33,69	36,19	43,82
20	8,26	9,24	10,85	12,44	14,58	16,27	19,34	22,78	25,04	28,41	31,41	35,02	37,57	45,32
21	8,90	9,92	11,59	13,24	15,44	17,18	20,34	23,86	26,17	29,62	32,67	36,34	38,93	46,80
22	9,54	10,60	12,34	14,04	16,31	18,10	21,24	24,94	27,30	30,81	33,92	37,66	40,29	48,27
23	10,20	11,29	13,09	14,85	17,19	19,02	22,34	26,02	28,43	32,01	35,17	38,97	41,64	49,73
24	10,86	11,99	13,85	15,66	18,06	19,94	23,34	27,10	29,55	33,20	36,42	40,27	42,98	51,18
25	11,52	12,70	14,61	16,47	18,94	20,87	24,34	28,17	30,68	34,38	37,65	41,57	44,31	52,62
26	12,20	13,41	15,38	17,29	19,82	21,79	25,34	29,25	31,80	35,56	38,88	42,86	45,64	54,05
27	12,88	14,12	16,15	18,11	20,70	22,72	26,34	30,32	32,91	36,74	40,11	44,14	46,96	55,48
28	13,56	14,85	16,93	18,94	21,59	23,65	27,34	31,39	34,03	37,92	41,34	45,42	48,28	56,89
29	14,26	15,57	17,71	19,77	22,48	24,58	28,34	32,46	35,14	39,09	42,56	46,69	49,59	58,30
30	14,95	16,31	18,49	20,60	23,36	25,51	29,34	33,53	36,25	40,26	43,77	47,96	50,89	59,70

* A presente Tábua C é um resumo da Tábua IV de Fisher e Yates: *Statistical*

Fonte: SIEGEL, 1975